

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 145465/2018 OFERTA DE COMPRA (OC) Nº 030030000012018OC00304
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 261/2018
TIPO: "MENOR PREÇO"
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br
DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: DIA 12/11/2018
DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: DIA 28/11/2018 ÀS 10:00 HORAS

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada "PREGÃO ELETRÔNICO", do tipo MENOR PREÇO, regida pela Lei federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto nº 49.722, de 24 de junho de 2005, pelo regulamento anexo a Resolução SF nº 25, de 25/07/2005, Resolução CC nº 27, de 25 de maio de 2006, pela Resolução CNJ nº 156, de 8 de agosto de 2012; pela Resolução CNJ nº 169, de 31 de janeiro de 2013, atualizada pela Resolução CNJ nº 183, de 24 de outubro de 2013; nos termos deste instrumento e seus anexos, aplicando-se, subsidiariamente as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, do Decreto estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, da Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002 e do Provimento nº 2.138/2013 desta Corte.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

- | | | |
|-----------|---|--|
| Anexo I | — | Termo de Referência |
| Anexo II | — | Modelo de Declaração (Decreto nº. 4.358/2002) |
| Anexo III | — | Declaração referente a Lei do Aprendiz (Lei nº 10.097/2000) |
| Anexo IV | — | Planilha de Composição de Custos de Mão de Obra |
| Anexo V | — | Minuta de Termo de autorização ao Tribunal de Justiça para acesso e movimentação da conta corrente (bloqueada) vinculada |
| Anexo VI | — | Declaração para Fins de Cumprimento da Resolução CNJ nº 156/2012 |
| Anexo VII | — | Minuta do contrato a ser celebrado |

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços para apoio técnico, suporte e desenvolvimento de aplicações e/ou soluções de Integração e Armazenamento de Dados (DW), Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas (Descritiva, Diagnóstica, Prescritiva e Preditiva) e Big Data com o objetivo de prover serviços especializados para atender às necessidades e iniciativas de Gestão Estratégica e Transformação Digital do Contratante, habilitando a capacidade de responder de forma ágil à um conjunto de questões de negócio através da visualização e exploração de dados analíticos, análises avançadas (descritiva ou diagnóstica) e/ou modelos estatísticos (preditivos ou prescritivos), conforme especificações constantes que integram este edital como *Anexo I*.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar desta licitação todos os interessados em contratar com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que estiverem registrados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP, em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes, na forma estabelecida no Regulamento do Pregão Eletrônico, anexo à Resolução SF nº de 23, de 25 de julho de 2005.

- 2.1.1. O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso, deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública.
 - 2.1.2. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos, para o registro no CAUFESP, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso, estão disponíveis no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.
- 2.2. Constitui condição para participação a declaração pela licitante que inexistente qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação e que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP relativos ao Pregão Eletrônico, mediante assinalação nos campos próprios ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP.
- 2.3. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.
- 2.4. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.
- 2.5. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.
- 2.6. Para o exercício do direito de preferência, bem como para a fruição do benefício da habilitação com irregularidade fiscal, a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP.
- 2.7. Serão impedidas de participar da presente licitação:
 - 2.7.1. empresas que estiverem suspensas de participar em licitação e impedidas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública Direta e Indireta do Estado de São Paulo;
 - 2.7.2. aquelas que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
 - 2.7.3. empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição; e,
 - 2.7.4. servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao Tribunal de Justiça, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- 2.8. A não observância das vedações contidas no subitem 2.7 é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

3. DAS PROPOSTAS

- 3.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br na opção PREGÃO – ENTREGAR PROPOSTA, conforme as datas e horário estabelecidos no preâmbulo do edital, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do edital.
- 3.2. Ao formular a proposta de preço, a licitante deverá indicar o preço global contratual (24 meses) para os serviços solicitados no *Anexo I*.
- 3.3. Em atendimento ao subitem 5.11.2 do edital, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado pelo pregoeiro à empresa que ofertou o menor lance:
 - 3.3.1. Planilha de Formação de Preços, conforme modelo *Anexo I-C*;
 - 3.3.2. Planilha de Composição de Custos de Mão de Obra, conforme *Anexo IV*.
- 3.4. O licitante deverá indicar obrigatoriamente e fazer constar de sua proposta, o sindicato representativo da categoria profissional envolvida nos serviços contratados.
- 3.5. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 3.6. O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 3.7. Os preços serão ofertados em moeda corrente nacional e apurados na data de sua apresentação, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 3.8. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 3.9. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital.
- 3.10. Na formulação da proposta de preços, a empresa licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeito.
- 3.10.1. Se a empresa licitante estiver enquadrada nos termos do art. 7º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que trata da desoneração da folha de pagamento, deverão preencher as planilhas de custos e formação de preços substituindo a contribuição previdenciária patronal (CPP) sobre a folha de pagamento pela contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), conforme *Anexo IV* deste Edital.
- 3.10.2. Os contratos poderão ser revisados, na forma do artigo 65, §5º, da Lei 8.666/93, caso haja alteração das normas vigentes.

4. DA HABILITAÇÃO

- 4.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

4.1.1. Habilitação Jurídica:

- 4.1.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresa individual.
- 4.1.1.2. Ato constitutivo (estatuto ou contrato social), devidamente registrado, atualizado com a indicação dos atuais administradores ou dirigentes.
- 4.1.1.3. Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada no subitem 4.1.1.2.
- 4.1.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício.
- 4.1.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.2. Qualificação Técnica:

- 4.1.2.1. Como documentos para Qualificação Técnica, deverão ser apresentados aqueles relacionados no item 7 do *Anexo I* deste Edital.
- 4.1.2.1.1. Para efeito de comprovação da qualificação técnica será admitido o somatório de atestados.

4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira:

- 4.1.3.1. Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 4.1.3.2. Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 4.1.3.2.1. Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.
- 4.1.3.3. Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis e apresentados na forma da lei (vide art. 176 e 177 da Lei nº 6.404/76; art. 1.180, 1.181 e 1.184, § 2º da Lei nº 10.406/02; Instruções Normativas nº 107/08 do DNRC e 787/07 da RFB), devidamente assinados por contador ou por profissional equivalente e pelo representante legal (administrador da empresa), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

4.1.3.3.1. A empresa que transmite a Escrituração Contábil Digital (**ECD**) ao Sistema Público de Escrituração Digital (**SPED**) através do Programa Validar e Assinador (**PVA**), deverá apresentar a seguinte documentação:

- a) Balanço Patrimonial do último exercício social exigível;
- b) Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- c) Termos de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- d) Recibo de entrega de livro digital na Receita Federal;
- e) Termo de Autenticação do Livro Digital na Junta Comercial.

4.1.3.3.2. A comprovação de boa situação financeira da licitante deverá comprovar **patrimônio líquido** positivo não inferior a **10%** (dez por cento) do seu valor final ofertado correspondente a 12 (doze) meses.

4.1.3.3.3. A empresa licitante constituída no presente exercício deverá apresentar, Balanço de Abertura, nas mesmas condições formais exigidas acima (assinaturas, registro, etc.). No presente caso, a empresa deverá comprovar o **capital integralizado mínimo** correspondente a **10%** (dez por cento) do seu valor final ofertado correspondente a 12 (doze) meses.

4.1.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 4.1.4.1.** Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.);
- 4.1.4.2.** Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e Municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;
- 4.1.4.3.** Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários), da sede da licitante;
- 4.1.4.4.** Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- 4.1.4.5.** Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 4.1.4.6.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

4.1.5. Demais documentos exigidos:

- 4.1.5.1.** Declaração firmada pelo licitante nos moldes estabelecidos pelo Decreto nº 4.358, de 05 de setembro de 2002, conforme Modelo (**Anexo II**), quanto ao cumprimento da exigência prevista no inciso V, do artigo 27 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, em sua atual redação.
- 4.1.5.2.** Declaração firmada pelo licitante, conforme Modelo (**Anexo III**), que atende o disposto na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2.000.

4.2. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 4.2.1.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração considerará como válidas pelo período de até 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição.
- 4.2.2.** As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

5. DA SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

- 5.1.** No dia e horário previstos neste edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação, pelo sistema, na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.
- 5.2.** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará o atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.
- 5.3.** Serão desclassificadas as propostas:

- 5.3.1. cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no edital;
- 5.3.2. que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 5.4. A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro.
- 5.5. O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.
- 5.6. Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.
- 5.7. Será iniciada a etapa de lances, para a qual serão convidadas a participar, todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.
 - 5.7.1. A formulação de lances será efetuada, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.
 - 5.7.2. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, ou em valores distintos e decrescentes inferiores ao do último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada, em ambos os casos, a redução mínima entre eles que será informada no momento do agendamento da Sessão Pública, pelo Pregoeiro, no sistema eletrônico de contratações da “Bolsa Eletrônica de Compras”, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor.
 - 5.7.2.1. A aplicação do valor de redução mínima entre os lances incidirá sobre o **PREÇO GLOBAL contratual (24 meses)**.
 - 5.7.3. A etapa inicial de lances terá a duração inicial de 15 (quinze) minutos, podendo ocorrer prorrogação conforme as normas do sistema.
 - 5.7.4. No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:
 - 5.7.4.1. dos lances válidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
 - 5.7.4.2. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
 - 5.7.4.3. A etapa de lances será considerada encerrada, findos os períodos de duração indicados no subitem 5.7.3.
- 5.8. Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória considerando o último lance válido ofertado, contendo a classificação final em ordem crescente de valores.
- 5.9. Com base na classificação a que alude o subitem 5.8 deste item, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
 - 5.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo pregoeiro, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
 - 5.9.1.1. A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do subitem 5.9.1.
 - 5.9.2. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no subitem 5.9.1.
 - 5.9.3. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o subitem 5.8, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 5.10. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.
- 5.11. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito.
 - 5.11.1. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 5.11.2.** Para verificação de aceitabilidade, a licitante autora do menor de preço deverá encaminhar os documentos solicitados no subitem 3.3 deste Edital, com valores adequados ao preço final ofertado, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado. Caso a licitante seja optante do Simples Nacional não poderá utilizar-se dos benefícios do regime tributário diferenciado, fazendo constar na planilha detalhada de formação de preços o enquadramento pelo regime comum, e, caso venha a ser contratada deverá comunicar ao órgão fazendário competente a exclusão do regime diferenciado.
- 5.11.2.1.** Para preenchimento do *Anexo IV – Planilha de Composição de Custos de Mão de Obra (Dados da Empresa)*, em campos próprios, também deverão ser indicados o sindicato ao qual a categoria está vinculada e a data base do dissídio coletivo.
- 5.11.2.2.** O prazo para envio dos documentos mencionados no subitem 5.11.2 e 5.11.2.1 será estabelecido pelo pregoeiro mediante mensagem registrada no sistema.
- 5.12.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:
- 5.12.1.** Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital.
- 5.12.2.** Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos neste Edital, a licitante poderá suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas, relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos no Edital, mediante a apresentação de novos documentos ou a substituição de documentos anteriormente ofertados, desde que os envie no prazo estabelecido pelo Pregoeiro, por meio eletrônico que serão informados pelo Pregoeiro no decorrer da sessão pública.
- 5.12.3.** Sem prejuízo do disposto nos subitens “5.12.1”, “5.12.2”, deverão ser apresentados, obrigatoriamente, por correio eletrônico, as declarações a que se refere o subitem 4.1.5, do item 4, deste Edital, bem como os documentos solicitados no subitem 4.1.2 deste Edital.
- 5.12.4.** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação dos documentos enviados, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere o subitem “5.12.3”, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.
- 5.12.5.** Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas, dos documentos enviados na forma constante dos subitens “5.12.2” e “5.12.3”, deverão ser apresentados no GRUPO DE PREGOEIROS-LICITAÇÕES, sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, Centro, São Paulo, nesta Capital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis.
- 5.12.6.** Para habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, não será exigida comprovação de regularidade fiscal, mas será obrigatória a apresentação dos documentos indicados no tópico 4.1.4, subitens “4.1.4.1” a “4.1.4.5” do item 4 deste Edital, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- 5.12.7.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 5.12.8.** Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará aos demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora colocando o cursor e clicando sobre o nome dela, o que fará aparecer a página disponível para tanto. Deverá, ainda, informar, quando for o caso, o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.
- 5.13.** A licitante habilitada nas condições do subitem “5.12.6”, do tópico 5.12, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

- 5.14.** A comprovação de que trata o subitem 5.13 deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 5.15.** Ocorrendo a habilitação na forma indicada no subitem “5.12.6”, do tópico 5.12, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal.
- 5.16.** Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.
- 5.17.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda às condições do Edital, caso em que será declarado vencedor.

6. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 6.1.** Divulgado o vencedor, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema o tempo para manifestação da intenção de interpor recurso, que deverá ser efetuada motivadamente e exclusivamente em campo próprio disponibilizado no sistema.
- 6.2.** Havendo manifestação motivada da intenção de interposição de recurso, na forma indicada no subitem 6.1 o Pregoeiro, por mensagem lançada no sistema, informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões de recurso, no prazo de 3 (três) dias após o encerramento da sessão pública e, aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões, em igual número de dias, os quais começarão a fluir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 6.2.1.** As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção RECURSO.
- 6.2.1.1.** Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, que não puderem ser oferecidos no ambiente eletrônico, os mesmos deverão ser apresentados mediante protocolo, no Grupo de Pregoeiros-Licitações (GPL), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observados os prazos estabelecidos no subitem 6.2.
- 6.3.** A falta da manifestação imediata e motivada do licitante, a que se refere o subitem 6.1, importará a decadência do direito de recurso e o pregoeiro encaminhará o processo à autoridade competente para adjudicação e homologação.
- 6.4.** Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente para decisão.
- 6.5.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 6.6.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.
- 6.7.** A adjudicação desta licitação será feita pela totalidade do objeto a 01 (uma) empresa.

7. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.
- 7.2.** A desconexão do sistema eletrônico com o pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

- 7.2.1. fora da etapa de lances, a sua suspensão e a sua retomada, no ponto em que foi suspensão, sem prejuízo dos atos realizados até então. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensão, e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes, de nova data e horário para a sua continuidade;
- 7.2.2. durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelos licitantes, até o término do período de duração inicial estabelecido no edital.
- 7.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

8. DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 8.1. Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, a vencedora terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o Contrato ou retirar o instrumento equivalente.
 - 8.1.1. A Contratada deverá atender o disposto no subitem 5.6.12 do *Anexo I* do Edital.
 - 8.1.2. Quando da assinatura do Contrato a Contratada também deverá entregar também o *Anexo I-A (Termo de Confidencialidade)* e *Anexo I-B (Termo de Responsabilidade e Sigilo)* devidamente preenchidos, que serão encaminhados ao gestor do contrato.
- 8.2. Após a assinatura do contrato, a contratada receberá Ofício informando a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, para receber os valores contingenciados (*ANEXO IV – Planilha de Composição de Custos de Mão de Obra (Percentuais de Contingenciamento Mensal de Encargos Trabalhistas)*) na forma da Resolução nº 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça, devendo firmar Termo na forma do *ANEXO V*, autorizando ao Tribunal de Justiça o acesso a saldos, extratos e à movimentação dos valores depositados em conta.
 - 8.2.1. A Contratada deverá comparecer à agência indicada para regularização da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e entrega de documentos, ficando ciente que a falta de regularização da conta poderá ensejar o bloqueio do pagamento e eventual aplicação das sanções administrativas previstas neste edital.
- 8.3. O prazo para início da execução dos serviços será conforme estipulado no item 10 do *Anexo I*, contados a partir da assinatura do contrato pela Contratada ou recebimento de instrumento equivalente, observado o disposto no artigo 110 e seu parágrafo único da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93.
- 8.4. O local para prestação dos serviços consta no item 10 do *Anexo I*.
- 8.5. É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do contrato de prestação de serviços decorrente desta licitação, com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, da Resolução nº 156 de 8 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
 - 8.5.1. Em decorrência da vedação expressa na Resolução CNJ nº 156/2012, a empresa contratada deverá, juntamente com a apresentação da relação nominal dos empregados, entregar a declaração individual, por escrito, de que os funcionários que irão exercer o cargo de chefia e/ou supervisão não incidem em qualquer hipótese de vedação prevista na Resolução nº 156 de 8 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, conforme modelo anexado ao presente Edital (*Anexo VI*).
 - 8.5.2. Após 30 (trinta) dias da entrega da relação mencionada no item anterior, a Contratada deverá apresentar as Certidões ou Declaração Negativa, nos termos do § 1º do artigo 5º da mencionada Resolução, como segue:
 - 8.5.2.1. certidões das Justiças:
 - a) Federal,
 - b) Eleitoral,
 - c) Estadual ou Distrital,
 - d) do Trabalho, e
 - e) Militar.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 8.5.2.2.** certidões dos Tribunais de Contas da União, do Estado e, quando for o caso, do Município;
 - 8.5.2.3.** certidões do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
 - 8.5.2.4.** certidões do conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão, quando for o caso; e
 - 8.5.2.5.** certidões dos entes públicos em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público.
- 8.5.3.** Os documentos referentes aos subitens 8.5.1 e 5.5.2 deverão ser apresentados ao Fiscal do Contrato antes do início da execução dos serviços.

9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 9.1.** O recebimento será feito nos termos do artigo 73, inciso I, da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93, atualizada, da Portaria nº 7.296/06, atualizada pela Portaria nº 7.355/06, e nos termos do capítulo IX do Provimento nº 2.138/2013 da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça, da seguinte forma:
- 9.1.1.** Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, contados do término dos serviços.
 - 9.1.2.** Definitivamente, em até 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, o qual não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, computando-se o prazo do recebimento provisório.
- 9.2.** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos dos serviços.
- 9.3.** Para efeito do disposto no item anterior, o responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- I – a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - II – a presteza no atendimento das solicitações da Administração;
 - III – o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato; e,
 - IV – o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias.
- 9.4.** Quando da conclusão, caso os serviços não sejam executados a contento, não serão eles aceitos. A par disso, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da comunicação, sem prejuízo da incidência das sanções administrativas aplicáveis.
- 9.5.** O responsável pela fiscalização deverá observar se o salário efetivamente pago ao funcionário contratado pela empresa é superior ou igual à remuneração indicada na planilha de formação de preços.
- 9.5.1.** No caso de pagamentos de salários inferiores ao indicado na planilha de formação de preços, o responsável pela fiscalização deverá tomar as medidas necessárias nos termos do capítulo XIII do Provimento CSM nº 2.138/13.

10. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 10.1.** A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo VII, do Provimento nº 2.138/2013, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades, nos termos do art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 10.2.** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os servidores indicados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.

- 10.3. Para efeito do disposto nesta cláusula, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

11. DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA

- 11.1. A licitante declarada vencedora, antes da assinatura do Contrato, deverá fazer prova de recolhimento mediante caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, correspondente a 3% (três por cento) da obrigação assumida para 12 (doze) meses, com cobertura para o mesmo período, a título de Garantia de Execução do Contrato.
- 11.2. Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, inclusive reajuste, a Contratada deverá reapresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do item anterior, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo ou da notificação do apostilamento.
- 11.3. Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, a Contratante exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação.
- 11.4. A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazos especificados nos subitens 11.2 e 11.3, sujeitará a Contratada às penalidades previstas no item 16 deste Edital, sujeitando-a, ainda, à rescisão do ajuste.

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. O prazo para pagamento será conforme indicado no item 11 do *Anexo I* do Edital.
- 12.1.1. Havendo ausências de funcionários sem reposição, a contratada deverá proceder ao desconto do valor mensal correspondente.
- 12.1.2. Para o cálculo do desconto deverá ser considerado o valor mensal referente ao funcionário ausente dividido por 21,75 (vinte e um vírgula setenta e cinco dias) para prestação de serviço mensal contínua por posto, conforme *Anexo IV*.
- 12.2. Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 12.3. O credor que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 12.4. Para o pagamento deverão ser apresentadas as Notas Fiscais/Faturas contendo a indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos servidores designados pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para o efetivo pagamento.
- 12.5. O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e a unidade gestora deverá proceder nos termos dos artigos 80, 81, 82, 83 e 84 do capítulo XIII do Provimento nº 2.138/2013.
- 12.5.1. Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do subitem 12.2 deste Edital.
- 12.5.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do Contrato.

- 12.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, no Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à adjudicatária e nesse caso o prazo previsto no subitem 12.1 será interrompido.
- 12.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento (conforme subitem 12.1) será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 12.6.** A Contratada deverá entregar ao **Fiscal Administrativo ou Fiscal de Contrato ou Gestor do Contrato** os documentos abaixo em mídia eletrônica (CD, DVD, e-mail), referentes ao mês anterior ao do faturamento do recebimento/atesto da Nota Fiscal, a saber:
- 12.6.1.** Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- 12.6.2.** Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- 12.6.3.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 12.6.4.** Relação nominal dos profissionais alocados nos postos de trabalho, acompanhada de cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço e das guias de recolhimento de INSS e FGTS, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, específicas de todos os funcionários que prestam serviços na localidade, de acordo com o disposto no § 5º do art. 31 da Lei nº 8.212/91;
- 12.6.5.** Demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês anterior à prestação dos serviços;
- 12.6.6.** Comprovação do pagamento dos salários, auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos profissionais alocados na execução dos serviços;
- 12.6.7.** Planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal pela não ocupação dos postos de trabalho em caso de faltas, férias e posto vago;
- 12.6.8.** A não apresentação de quaisquer dos documentos acima ensejará a comunicação à Contratada e a devolução da nota fiscal para ciência e regularização no prazo fixado no contrato.
- 12.7.** Nos casos de serviços prestados no Interior, em que a responsabilidade do pagamento do crédito tributário seja do tomador dos serviços, a Guia de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS deverá ser emitida pelo Fiscal do Contrato, em nome do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e acompanhar o documento fiscal, para retenção e respectivo recolhimento pelo Contratante (responsável tributário), nos termos da legislação própria do Município.
- 12.8.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que foi verificada a autenticidade da NF-e.
- 12.8.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br ⇒ NF-e ou nota fiscal eletrônica ⇒ Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br ⇒ Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 12.8.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

- 12.9.** Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, nos serviços em que for aplicável, a contratada deverá destacar no corpo do documento fiscal a parcela referente a retenção dos 11% (onze por cento), na forma estabelecida na Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009, com suas alterações, em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Lei nº 8.212/91, alterada pela Lei nº 9.711/98, ou deverá ser destacado a retenção dos 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), caso a empresa esteja enquadrada na forma estabelecida no § 6º do art. 7º da Lei federal nº 12.546 de 14 de dezembro de 2011.
- 12.10.** No último mês de vigência contratual, a Contratada deverá apresentar planilha, referente ao mês anterior e ao mês do faturamento, com as ocorrências das faltas, as férias dos profissionais alocados e não substituídos e os postos de trabalho não ocupados.
- 12.11.** O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do Contrato e quitação relativa à rescisão do Contrato de trabalho entre empregado e empregador), por parte da Contratada.
- 12.12.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação 3.3.90.88.90, Fonte 002.

13. DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS E RESGATE DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO

- 13.1.** O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo observará o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido à Contratada, em atendimento à Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013 e Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013, ambos do Conselho Nacional de Justiça.
- 13.2.** O montante do valor a ser contingenciado, constantes da proposta da empresa e obedecidos os limites estabelecidos neste edital (*ANEXO IV – Planilha de Composição de Custos de Mão de Obra (Percentuais de Contingenciamento Mensal de Encargos Trabalhistas)*), será obtido mediante a aplicação dos percentuais referentes aos provisionamentos que seguem:
- 13.2.1.** férias;
- 13.2.2.** 1/3 constitucional;
- 13.2.3.** 13º salário;
- 13.2.4.** multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e
- 13.2.5.** incidência dos respectivos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.
- 13.3.** Os valores serão depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada no Banco do Brasil S.A.
- 13.4.** Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal, sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.
- 13.5.** Para resgate de valores da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, referentes aos pagamentos de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, incluindo o impacto dos encargos sociais, a Contratada deverá expedir solicitação formal à Unidade Competente do Tribunal.
- 13.5.1.** Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas correspondentes ao valor a ser resgatado.
- 13.5.2.** A solicitação deverá ser acompanhada de planilha detalhando, para cada empregado, o cálculo de férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que resultará no valor a ser lançado em holerite, restringindo-se ao lapso de tempo que o empregado estiver alocado na execução do contrato, acompanhando a proporcionalidade dos aprovisionamentos havidos e culminando no valor total do resgate.

- 13.5.3.** Quando se tratar de valor pago em razão de rescisão do contrato de trabalho, o resgate de valores incluirá aquele referente ao contingenciamento da multa do FGTS, se for o caso, sendo que a documentação relacionada no subitem acima deverá ser acrescida do cálculo já homologado junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego ou sindicato da categoria, nos termos da legislação trabalhista vigente.
- 13.5.4.** O responsável pela fiscalização do contrato ratificará as informações que integrarem os cálculos e que influenciem nos valores a serem levantados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, no que disser respeito à frequência do empregado no posto de trabalho, número de ausências, adicional noturno, se o período abrangido pelo cálculo é compatível com a alocação do empregado na Unidade, dentre outros, e enviará de imediato, por meio eletrônico, a planilha de cálculo atestada, a folha de pagamento e a solicitação formal da empresa para os setores competentes nos termos do art. 12 da Resolução nº 169 de 31 de janeiro de 2013, atualizada pela Resolução nº 183 de 24 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.
- 13.6.** Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou outro índice que venha a ser utilizado para cálculo dos rendimentos em caderneta de poupança.
- 13.7.** O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito vinculada será retido do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.
- 13.8.** Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.
- 13.8.1.** Os valores das tarifas bancárias de abertura e de manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – encontram-se disponíveis na internet, no sítio do Banco do Brasil S.A.
- 13.9.** A liberação do saldo da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, quando não houver rescisão do contrato entre a empresa e os empregados, mediante requerimento da interessada, ocorrerá se:
- 13.9.1.** Os empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e foram desligados do quadro de pessoal da empresa receberão o pagamento das verbas trabalhistas devidas;
- 13.9.2.** Realizados os pagamentos referidos no subitem 13.9.1, ainda houver saldo na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, o valor será utilizado para pagamento dos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual;
- 13.9.3.** Realizados os pagamentos nos subitens 13.9.1 e 13.9.2, ainda assim, restarem valores na conta-depósito, o montante permanecerá na conta para atender a eventual questionamento na Justiça do Trabalho, conforme previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, c/c o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O valor residual será transferido para a contratada após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato administrativo.

14. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

- 14.1.** O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

- 15.1. A contratação resultante da presente licitação será pelo prazo indicado no item 9 do *Anexo I*, podendo ser rescindida a qualquer tempo, no interesse da Administração, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16. DO DESCUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO E DAS PENALIDADES

- 16.1. A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão pela Administração na forma e consequências previstas na Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como o constante nos art. 92 e 93 do Provimento nº 2.138/2013, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem a mencionada legislação federal e art. 94 do aludido Provimento:

Provimento nº 2.138/2013:

Art. 94 – Os casos de descumprimento, inexecução, inadimplência e atraso na execução do contrato são os previstos no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

§ 1º – A recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às seguintes penalidades:

I – multa de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento) do valor do contrato ou instrumento respectivo; e,

II – pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim.

§ 2º – O atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, incluindo a assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra, sem prejuízo do que dispõe o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a contratada a multa de mora de 0,50% (cinquenta centésimos percentuais) ao dia.

§ 3º – O não atendimento ao disposto no inc. IV do art. 62 ensejará a aplicação da multa prevista no § 2º, a contar do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido para substituição.

§ 4º – Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, bem como pelo atraso ou não atendimento de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, poderão ser aplicadas à contratada as seguintes penalidades:

I – multa de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento), nos casos que excederem o prazo estabelecido no § 2º;

II – multa de 1% (um por cento) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;

III – pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim.

§ 5º – As multas previstas neste artigo e no contrato poderão ser descontadas de pagamentos eventualmente devidos pelo Tribunal de Justiça.

§ 6º – As multas não recolhidas e/ou não descontadas dos pagamentos poderão, a critério da Administração, ser compensadas com as garantias prestadas no contrato, vedando-se o pagamento com serviços ou produtos.

§ 7º – Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.

§ 8º – A aplicação das multas previstas neste artigo não exclui outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

- 16.2. A CONTRATADA que deixar de entregar o produto ou de executar serviços, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o próprio CONTRATANTE.

- 16.3.** Independentemente da efetivação da rescisão contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 16.4.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará a licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 16.5.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 17.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.2.** Das sessões públicas de processamento do Pregão será lavrada ata circunstanciada, observado o disposto no artigo 9º, inciso X, da Resolução CEGP-10/2002, a ser assinada pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.
- 17.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade das licitantes, para o Pregoeiro até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 17.4.** O resultado do presente certame será divulgado no DJE – Diário de Justiça Eletrônico e nos sítios eletrônicos www.tjsp.jus.br e www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br.
- 17.5.** Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DJE e no próprio sistema, no endereço www.bec.sp.gov.br ou www.bec.fazenda.sp.gov.br, opção pregão eletrônico.
- 17.6.** Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, por meio do sistema eletrônico, solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Eletrônico.
- 17.6.1.** A impugnação, assim como os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do sistema, encontrados na opção EDITAL, sendo respondidos pelo subscritor do Edital que decidirá no prazo de até 1 (um) dia útil, anterior à data fixada para abertura da sessão pública.
- 17.6.2.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública.
- 17.7.** Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Centro de Controle de Contratações – CCC, do Departamento de Controle de Contratações Eletrônicas – DCC da Secretaria da Fazenda.
- 17.8.** Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e rescindir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 17.8.1.** a contratada venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 21/2006, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);

- 17.8.2.** a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 17.8.3.** a contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 17.8.4.** a contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

18. DO FORO

- 18.1.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Capital, competente, uma das Varas da Fazenda Pública da Comarca, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

São Paulo/SP, 08/11/2018

Eliana Bontansa
Coordenadora de Licitações e Compras
SAAB 7.1

Rodnei P. Fernandes
Diretor de Licitações e Compras
SAAB 7

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 261/18

			FOLHAS
ANEXO I	–	TERMO DE REFERÊNCIA	18 a 41
ANEXO I-A	–	TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	42 a 44
ANEXO I-B	–	TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO	45
ANEXO I-C	–	PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	46 a 47
ANEXO II	–	MODELO DE DECLARAÇÃO (DECRETO Nº 4358/2002)	48
ANEXO III	–	DECLARAÇÃO REFERENTE À LEI DO APRENDIZ (LEI Nº 10.097/2000)	49
ANEXO IV	–	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA	50 a 53
ANEXO V	–	MINUTA DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA PARA ACESSO E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DEPÓSITO – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO	54
ANEXO VI	–	DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 156/2012	55
ANEXO VII	–	MINUTA DO CONTRATO A SER CELEBRADO	56 a 66

PLANILHAS DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Observação:

- 1) **A Planilha Eletrônica** (Planilha de Formação de Preços: Informações Gerais - Remuneração, Encargos Sociais e Trabalhistas - Relatório de Custo Detalhado - Relatório de Custo Resumido) disponibilizada no formato Excel no portal de licitações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e na BEC – Bolsa Eletrônica de Compras é de uso facultativo. No entanto, a licitante deverá apresentar o cálculo de acordo com o Anexo IV, quando solicitado pelo Pregoeiro.

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa para prestação de serviços para apoio técnico, suporte e desenvolvimento de aplicações e/ou soluções de Integração e Armazenamento de Dados (DW), Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas (Descritiva, Diagnóstica, Prescritiva e Preditiva) e Big Data com o objetivo de prover serviços especializados para atender às necessidades e iniciativas de Gestão Estratégica e Transformação Digital do Contratante, habilitando a capacidade de responder de forma ágil a um conjunto de questões de negócio através da visualização e exploração de dados analíticos, análises avançadas (descritiva ou diagnóstica) e/ou modelos estatísticos (preditivos ou prescritivos).
- 1.2 De acordo com as especificações e quantidades apresentadas neste Termo de Referência, compõem o objeto os seguintes serviços:
 - 1.2.1 Sustentação e suporte técnico local (1º Nível), nas instalações do CONTRATANTE, da solução atual de DW/BI baseada na plataforma Microsoft.
 - 1.2.2 Serviços Técnicos Especializados de desenvolvimento sob demanda para Evolução e Modernização das soluções (end-to-end) de Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas e Big Data do CONTRATANTE.
 - 1.2.3 Serviços Técnicos Especializados do Fabricante para atividades de definição de arquitetura tecnológica, avaliação técnica e planejamento para implantação dos projetos estratégicos definidos e identificados durante as atividades dos serviços a serem contratados, assim como revisão de código e garantia da aderência dos entregáveis aos padrões e definições técnicas do Tribunal e as boas práticas do fabricante.

2 DETALHAMENTO E DEFINIÇÃO DE ESCOPO DO PROJETO

- 2.1 Os serviços a serem prestados pela CONTRATADA abrangem: a) serviços para Sustentação e suporte técnico local (1º Nível) conforme definido no **item 2.1.1** a seguir, e b) Serviços Técnicos Especializados de desenvolvimento sob demanda conforme definido no **item 2.1.2**.
 - 2.1.1 Sustentação e suporte técnico local (1º Nível), nas instalações do CONTRATANTE, da solução atual de DW/BI baseada na plataforma Microsoft SQL Server (2016 ou superior) e Power BI Report Server. A equipe de sustentação técnica deve ser capaz de realizar as seguintes atividades:
 - 2.1.1.1 Sustentação e operação diária das soluções de dados disponíveis no ambiente de Produção do CONTRATANTE.
 - 2.1.1.2 Direcionamento técnico/funcional para as dúvidas ou problemas encaminhados pelas áreas usuárias.

- 2.1.1.3 Atendimento de demandas pontuais para extrações de dados, criação de novas visões, relatórios e painéis, ajustes e correções de erros ou problemas reportados, implementação de novas funcionalidades em componentes específicos da solução (modelos, integração de dados, cubos ou painéis).
- 2.1.1.4 Desenvolvimento de provas de conceitos ou pilotos para direcionamento de novas demandas.
- 2.1.1.5 Preparação e entrega de workshops técnicos baseados na solução suportada pela equipe de sustentação.
- 2.1.1.6 Monitoramento do ambiente e garantia de disponibilidade através das ferramentas e mecanismos disponíveis no ambiente da CONTRATANTE.
- 2.1.2 Serviços Técnicos Especializados de desenvolvimento sob demanda para Evolução e Modernização das soluções (end-to-end) de Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas e Big Data, considerando:
 - 2.1.2.1 Preparar e liderar workshops e reuniões de levantamento e especificação com as áreas de negócio.
 - 2.1.2.2 Ingestão e Transformação de Dados: criar pipelines de integração de dados a partir de conjuntos de dados corporativos e/ou externos em formato relacional ou semiestruturado.
 - 2.1.2.3 Armazenamento de dados: persistir os dados coletados e transformados em um repositório corporativo de acordo com os padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE, pronto para consumo por uma ferramenta analítica ou através de relatórios e painéis.
 - 2.1.2.4 Modelagem e análise de dados: criar modelos semânticos que ajudem a responder a um conjunto predefinido de questões de negócio. Os modelos devem ser capazes de evoluir e aumentar a abrangência dos conjuntos de dados disponíveis, assim como desenvolver indicadores adicionais (medidas calculadas, KPIs, objetos de inteligência de tempo, resultados de análises estatísticas e outros) para atendimento as demandas e iniciativas internas do CONTRATANTE.
 - 2.1.2.5 Visualização de dados, relatórios e painéis: criar conjuntos de relatórios, painéis e/ou extrações (ad-hoc) relevantes para as questões de negócios que precisam ser respondidas pelo CONTRATANTE.
 - 2.1.2.6 Segurança e Compartilhamento: viabilizar a distribuição e acesso aos dados corporativos relevantes de maneira controlada e segura.
 - 2.1.2.7 Análise de dados e modelagem estatística: desenvolvimento de consultas e modelos estatísticos que possam ajudar o CONTRATANTE a identificar oportunidades de melhoria ou otimização.
 - 2.1.2.8 Roadmap de operacionalização de modelos: desenvolvimento de roteiros que possam ser usados para integrar um serviço de dados aos sistemas e processos de negócios do CONTRATANTE. Os roteiros devem incluir os próximos passos, marcos e métricas específicos para o sucesso durante a implementação dos modelos em ambiente produtivo.

3 MÉTRICA DOS SERVIÇOS

3.1 Para a execução dos Serviços serão adotadas as seguintes métricas:

3.1.1 Equipe alocada (Posto de Serviço) – Específico para as atividades **Sustentação e suporte técnico local (1º Nível)**.

3.1.2 Para os **Serviços Técnicos Especializados de Desenvolvimento sob Demanda** será utilizada a métrica UST – Unidade de Serviço Técnico através da formalização de Ordens de Serviço (OS).

3.1.3 **Da Métrica UST – Unidade de Serviço Técnico**

3.1.3.1 Entende-se por UST – Unidade de Serviço Técnico consignado nos preceitos de Gestão de Projetos e medida de esforço de serviços.

3.1.3.2 É a unidade utilizada para quantificar o esforço de trabalho necessário para execução de atividades de um serviço quando requerem conhecimento especialista da equipe envolvida.

3.1.3.3 É aplicável a qualquer serviço técnico, podendo mensurar apenas um pacote de trabalho ou até mesmo um projeto inteiro. Pode ter classificações ou tipos adequados a cada necessidade de produto de serviço a ser entregue.

3.1.3.4 A UST inclui o esforço dedicado para elaboração da massa crítica de conhecimento necessária para a construção do referido serviço, depreciação dos ativos envolvidos no trabalho e o esforço do controle de qualidade, gestão, controle de risco, planejamento das ações, comunicação e outras atividades de bastidores necessárias para gerar-se um pacote dentro do nível de serviço acordado, além das horas visíveis despendidas pelos envolvidos no processo.

3.1.3.5 As atividades são valoradas em função do seu nível de complexidade. Dada a variação da complexidade das atividades existentes, criaram-se níveis para enquadramento. Proporcional ao nível de complexidade da atividade, está a especialização dos profissionais que as executarão.

3.1.3.6 Cada UST equivale a 01 (uma) hora de esforço especializado, não individualizada, por ser considerada atividade complexa de execução.

3.1.3.7 A complexidade das atividades considera a relevância dos serviços, sua precedência sobre as demais, sua dificuldade operacional, o grau de documentação existente, as características dos profissionais de mercado e sua capacidade em cumprir as atividades. No Catálogo de Serviços, estão definidas as atividades com seus respectivos custos em OS, considerando as possíveis complexidades.

3.1.3.8 O Catálogo de Serviços deve ser sempre referenciado para o dimensionamento dos serviços a serem contratados, porém, em situações em que a atividade necessária não esteja nele explicitado, a contabilização deverá ser feita por similaridade, sendo registrada em documento próprio para futuras referências.

- 3.1.3.9 Todo e qualquer desenvolvimento ou entrega deverá seguir obrigatoriamente os padrões e políticas definidos pelo CONTRATANTE e estar aderente ao direcionamento técnico e boas práticas publicadas no Framework de Desenvolvimento – toda mudança ou necessidade adicional não mapeada através do Framework deve ser previamente discutida com o time técnico do CONTRATANTE e submetida para aprovação antes de sua execução.
- 3.1.3.10 O prazo de término dos serviços executados em cada OS será registrado quando da abertura da mesma e será proporcional à complexidade da atividade e à quantidade de UST.
- 3.1.3.11 As Ordens de Serviço (OS) somente serão consideradas aceitas quando o serviço solicitado for entregue sem pendências, incluindo revisão de código e aderência aos padrões internos definidos e publicados pela CONTRATANTE (Framework Desenvolvimento), evidências de testes, documentação e aceite (homologação) dos usuários responsáveis.
- 3.1.3.12 Caso o CONTRATANTE solicite o cancelamento da execução de determinada OS, os serviços efetivamente realizados pela CONTRATADA até o momento do cancelamento serão remunerados proporcionalmente, em função das entregas correlatas.
- 3.1.3.13 Todos os produtos gerados na vigência do contrato serão de propriedade do CONTRATANTE. Isso inclui todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação, tais como produtos de software, programas-fonte, classes e componentes, relatórios, diagramas, fluxogramas, modelos e arquivos. A regra está em conformidade com o art. 111 da Lei 8.666/93, com a Lei 9.609/98, que dispõe sobre propriedade intelectual de programa de computador e com a Lei 9.610/98, que dispõe sobre direito autoral, sendo vedada a comercialização, a qualquer título, destes por parte da CONTRATADA, conforme Termo de Sigilo constante do **Anexo I-B**.
- 3.1.3.14 A CONTRATADA deve, ao término de cada OS, repassar todos os documentos produzidos e gerados no contexto da sua execução, incluindo códigos-fonte, documentação de programas, diagramas e especificações.
- 3.1.3.15 A critério do CONTRATANTE, poderá ser alocado servidor para acompanhar as atividades de levantamento de requisitos realizadas pela CONTRATADA, tendo em vista a preservação do conhecimento do negócio relativo à aplicação que está sendo desenvolvida.
- 3.1.3.16 A CONTRATADA deve manter a mais absoluta confidencialidade a respeito de quaisquer informações, dados, processos, fórmulas, códigos, cadastros, fluxogramas, diagramas lógicos, dispositivos, modelos ou outros materiais de propriedade do CONTRATANTE, ou de terceiros, aos quais tiver acesso em decorrência da prestação de serviços objeto do contrato, ficando terminantemente proibida de fazer uso ou revelar estes, sob qualquer justificativa.

3.1.3.17 Os profissionais designados para a execução dos serviços técnicos deverão ser comprovadamente capacitados para a utilização e/ou operação das ferramentas e/ou equipamentos necessários para o curso de suas atividades. A documentação referente às qualificações dos profissionais deverá ser entregue ao Gestor do contrato para análise, em até 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do contrato pela empresa.

3.1.4 Para os Serviços de **Apoio Técnico Oficial Especializado pelo fabricante de Softwares** será utilizada a métrica homem/hora para atendimento/apoio as atividades dos **itens 3.1.1 e 3.1.2**.

3.1.5 Catálogo de Serviços

O Catálogo de Serviços aplica-se aos **Serviços Técnicos Especializados de Desenvolvimento sob Demanda** e estabelece as métricas para classificação do tipo de complexidade por serviço, componente e atividade.

3.1.5.1 Serviços e Componentes:

Serviço	Componente	Descrição
Análise	OLAP	Esse componente está relacionado às atividades de design, desenvolvimento e implantação de modelos analíticos, considerando o baseline de complexidade para implementação de tarefas relacionadas a análise de informações no modelo OLAP (Multidimensional ou Tabular)
	Análise Preditiva/Prescritiva	Esse componente está relacionado às atividades de design, desenvolvimento e implantação de modelos analíticos, considerando o baseline de complexidade para implementação de tarefas relacionadas a análise de informações de cenários de uso envolvendo Análise Preditiva ou Prescritiva.
Infraestrutura e Configuração	Infraestrutura	Atividades relacionadas à infraestrutura e tarefas de configuração, como a instalação de novos softwares ou a configuração de sistemas para obter o máximo desempenho ou disponibilidade. Usado para estimar o esforço para implementar tarefas relacionadas à configuração do ambiente ETL, PowerBI, SharePoint, SSRS, MDS ou OLAP utilizando o baseline de complexidade descrito no catálogo de serviços.
Ingestão	Ingestão Dados	A parte “ingest” de qualquer solução de DW/BI refere-se ao processo de recuperar dados de vários sistemas que serão necessários para o processo de transformação, integração e geração de relatórios e análises. Este componente será usado para estimar o esforço para implementar tarefas relacionadas ao desenvolvimento de fluxos de trabalho com SSIS ou Azure Data Factory.
	Análise Preditiva	Nota: as entregas relacionadas a essa frente de trabalho devem seguir os padrões e boas práticas definidas pelo Framework de Desenvolvimento do CONTRATANTE Este componente será usado para estimar o esforço para implementar tarefas relacionadas à ingestão de informações em cenários de uso considerando Análise Preditiva ou Prescritiva
Apresentação	Visualização Dados	A camada de apresentação ajudará o cliente a consumir ou visualizar as informações que foram adquiridas de outros sistemas e transformadas ou analisadas para desbloquear indicadores e insights. Este componente será usado para estimar o esforço para implementar tarefas relacionadas com o desenvolvimento de relatórios operacionais ou painéis analíticos com SSRS ou PowerBI.

Armazenamento	Modelagem Dados	O armazenamento é um repositório de dados com algum nível de durabilidade (cold, warm or hot) e está relacionado às atividades para projetar o armazenamento de dados para informações estruturadas, semi-estruturadas e não-estruturadas. Este componente será usado para estimar o esforço para implementar tarefas relacionadas com a modelagem e preparação de arquiteturas de dados dimensionais ou OLTP
	OLAP	O armazenamento é um repositório de dados com algum nível de durabilidade (cold, warm or hot) e está relacionado às atividades para projetar o armazenamento de dados para informações estruturadas, semi-estruturadas e não-estruturadas. Este componente será usado para estimar o esforço para implementar tarefas relacionadas à modelagem de estruturas de dados do tipo OLAP.
Transformação	Transformação Dados	A transformação de dados é o processo de conversão de dados de um formato (por exemplo, um banco de dados, documento XML ou planilha do Excel) para outro. Este componente será usado para estimar o esforço para implementar tarefas relacionadas a processos de transformação de dados usando os Procedimentos Armazenados, Hive/Pig, Map/Reduce ou SQL Server.

3.1.5.2 Atividade e Critérios Classificação Complexidade:

Serviço	Componente	Atividade	Complexidade			
			Muito Simples	Simples	Média	Complexa
Análise	OLAP	Cubo Multidimensional	#Max Grupo Medidas = 1 #Max Medidas/Cálculos = 5	#Max Grupo Medidas = 2 #Max Medidas/Cálculos = 10	#Max Grupo Medidas = 5 #Max Medidas/Cálculos = 25 (5 por Grupo de Medida) Premissas: #Max Membros Calculados (Simples) = 5 #Max Perspectiva = 1 Sem KPI's Sem WriteBack	#Max Grupo Medidas = 10 #Max Medidas/Cálculos = 50 (5 por Grupo de Medida) Premissas: #Max Membros Calculados (Simples) = 10 #Max Perspectivas = 3 #Max Formatações Customizadas (Medidas) = 25 #Max KPI = 5 Sem WriteBack Sem Janelas Deslizante (sliding windows)
						#Max Grupo Medidas = 15 #Max Medidas/Cálculos = 150 (10 por Grupo Medida) Premissas: #Max Membros Calculados (Simples) = 20 #Max membros calculados (Complexo) = 10 Conversões (p.e. Moeda) #Max Multi-language = 4 #Max Perspectiva = 7

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

	Cubo Tabular	#Max Tabelas = 5 #Max KPIs/Medidas/Cálculos = 5	#Max Tabelas = 10 #Max KPIs/Medidas/Cálculos = 10	#Max Tabelas = 20 #Max KPIs/Medidas/Cálculos = 10	#Max Tabelas = 30 Tables #Max KPIs/Medidas/Cálculos = 20 Premissas: Particionamento	#Max Tabelas = 40 #Max KPIs/Medidas/Cálculos = 20 Premissas: Particionamento
Infraestrutura e Configuração	Análise Preditiva e Prescritiva	Modelo Estatístico	NA	#Max Algoritmos = 1 (Algoritmos construídos em AzureML)	#Max Algoritmos = 2 (Algoritmos construídos em AzureML)	#Max Algoritmos Customizados = 1+ (R, Python ou Open Libraries)
	Infraestrutura	Instalação e Configuração ETL Server	NA	1 SSIS Server (Standalone)	NA	NA
		Instalação Configuração Ambiente PBI	NA	1 Servidor < 10 usuários	NA	NA
		Instalação Configuração SharePoint	NA	WFE e App Server Integrados DB Server	WFE Server App Server DB Server	Load balanced WFE App Servers Múltiplos (2-3) DB Servers Múltiplos (HA) Disaster Recovery (DR)
Infraestrutura e Configuração	Infraestrutura	Instalação Configuração SSRS Scaleout ou Standalone	NA	Single App Server Single DB Server Standalone	Single App Server layer Single DB Server Integrated mode	NA
		Instalação Configuração MDS e DQS	NA	Single Instance	NA	NA
		Instalação Configuração OLAP (Multidimensional ou Tabular)	NA	Múltiplas Servidores (Single Server) (MD, Tabular)	Múltiplos Servidores em Load balanced (MD, Tabular)	Múltiplos servidores, scaled out, modelos particionados Rotação automatizada do modelo para minimizar o tempo de inatividade

Ingestão	Ingestão Dados	SQL Server Integration Services	#Max Conexões = 1 Queries-<= 2 (2-4 Tabelas de Origem) Quantidade Atributos- Qualquer Transformações Simples Origem Dados: SQL Server	#Max Conexões = 3 (ODBC ou OLEDB) SQL Queries-<= 5 (5 tabelas de Origem) #Max 2 Transformações Básicas por DFT #Max 2 DFT (Data type conversions, column join) Tratamento erros (error redirection) Arquivos Configuração Origem Dados = SQL Server/Arquivos	#Max Conexões = 5 SQL/Hive Queries <= 7 10 Tabelas ou 5 arquivos (flat- files) estruturados ou 2 arquivos Excel #Max DFT = 5 #Max Stored procedures = 5 (#Max 5 parâmetros) #Max Transformações (Avançadas) = 5 (Scripts Tasks = #Max linhas código = 30, Dataflows Complexos) Tratamento Erros (error redirection) Arquivos Configuração Sem Log Customizado (SSIS Catalog apenas)	#Max Conexões = 6 SQL/Hive Queries <=10 10 Tabelas ou 5 arquivos (flat- files) ou 5 arquivos Excel Controle Transações #Max Stored procedures = 5 (#Max 5 parâmetros) #Max Transformações (Avançadas) = 5 (Scripts Tasks = #Max linhas código = 30, Dataflows Complexos) Tratamento Erros (error redirection) Arquivos Configuração Sem Log Customizado (SSIS Catalog apenas) HDInsight foreach loop max = 2	#Max Conexões = 8 SQL/Hive Queries <=15 15 Tabelas ou 10 arquivos (flat-files) ou 10 arquivos Excel Controle Transações e Checkpoints #Max stored procedures = 10 (#Max 10 parâmetros) #Max Transformações (Avançadas) = 20 (Scripts Task, Script Component, FTP, Send mail, Web Services, Simple Business Logic, HDInsight, Hive, Pig, DQS) Tratamento Erros (error redirection) Arquivos Configuração Log Customizado (Pre- created Component) HDInsight foreach loop max = 2
		Azure Data Factory - Orquestração	#Max Atividades movimentação dados = 1 #Max datasets = 2 #Max pipelines = 1 #Max stored procedures = 1 (sem parâmetros)	#Max Atividades movimentação dados = 2 #Max datasets = 4 #Max pipelines = 1 #Max data slice patterns = 1 #Max stored procedures = 2 (com parâmetros)	#Max Atividades movimentação dados = 4 #Max datasets = 8 #Max pipelines = 1 #Max data slice patterns = 2 #Max Colunas no dataset = 50 #Max hive/pig = 1	#Max Atividades movimentação dados = 8 #Max datasets = 16 #Max pipelines = 1 #Max data slice patterns = 2 #Max Colunas no dataset = 100 #Max map/reduce/streaming = 1	#Max Atividades movimentação dados = 10 #Max datasets = 20 #Max pipelines = 1 #Max data slice patterns = 2 #Max Colunas no dataset = 100 #Max map/reduce/streaming = 1 #Max Customização (.Net/Machine Learning/Batch) = 1
	Análise Preditiva	Coleta de dados e aprimoramento com ML	NA	#Max Entradas= 1 #Max Transformações = 1 #Max Colunas = 10 - 20	#Max Entradas= 1 - 3 #Max Transformações = 1 - 3 #Max Colunas = 20 - 30	#Max Entradas= 3 - 5 #Max Transformações = 3 - 5 #Max Colunas = 20 - 30	#Max Entradas= 5+ #Max Transformações = 5+ #Max Colunas = 30+

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação	Visualização Dados	SSRS - Relatórios Paginados ou Operacionais	Acesso a Dados = Query/Stored Procedure Sem Parâmetros Sem sub-relatórios Campos < 20 Formatação simples Cabeçalho e Rodapé Estáticos Relatório Tabular Sem Cálculos Sem Formatação Condicional	Acesso a Dados = Stored Procedures Funcionalidades = Muito Simples Campos < 30 1 Tabela ou 1 Gráfico 1 Agrupamento 3 Parâmetros (sem "cascateamento") Sem sub-relatórios Formatação simples Cabeçalho e Rodapé Estáticos Relatório do tipo Matrix/Tablix Cálculos Básicos	Acesso a Dados = Stored Procedures Funcionalidades = Simples Gráficos 1 Nível Tabular/Agrupamento Parâmetros <= 3 Sem sub-relatórios Formatação Condicional (#Max 3) Cabeçalho e Rodapé Dinâmico (#Max 2)	Acesso a Dados = Stored Procedures Campos < 40 Funcionalidades = Médio Gráficos Avançados Parâmetros (Tabular/Agrupamento) <= 4 Parâmetros (nested parameters) <= 5 Sub-relatórios <= 2 Formatação Condicional (#Max 5) Cabeçalho e Rodapé	Acesso a Dados = Stored Procedures Campos < 50 Funcionalidades = Complexa Scripts embutidos (menos que 20 linhas de código) Gráficos Avançados Tabular/Agrupamento Parâmetros Sub-relatórios Formatação Avançada Cabeçalho e Rodapé
		SSRS Data Access Stored Procedure	Queries Simples (< 3 Tables Joins) Campos < 20 No Parameters No Calculated Fields	Stored Procedures = Simples (< 5 Tables Joins) Campos < 30 2 Parâmetros Cálculos Básicos	Stored Procedures = Média Campos < 30 Funcionalidades = Simples <= 3 Parâmetros	Stored Procedures = Complexas Campos < 30 <= 5 Parâmetros Declarações Condicionais MDX Query = Simples	Stored Procedures = Complexas Campos <= 50 Agrupamentos (Grouping) <= 5 Parâmetros CTE MDX Queries utilizando Membros Cálculos
		PowerBI - Painéis Analíticos	Data sources = 1 Modelo Simples = Até 5 tabelas Queries = SQL/Simples Power Query = Transformações e Formatação Simples Visualizações Simples = Até 2 Power BI Reports e 1 Dashboard Premissas: Power BI baseado em modelo Tabular pronto	Data sources = 1 Modelo Simples = Até 5 tabelas Queries = SQL/MDX Simples Power Query = Transformações Básicas, Formatação Colunas, Cálculos Simples (Standard) Visualizações Simples = Até 2 Power BI Reports e 1 Dashboard Premissas: Power BI baseado em modelo Tabular pronto	Data sources = 1 Modelo Simples = Até 5 tabelas Queries = SQL/MDX Simples, MDX com Membros Cálculos = 5 Power Query = Transformações, Formatação Colunas, Cálculos Estatísticos, Pivot, Merge, Append Visualizações = Até 4 Power BI Reports e 2 Dashboards Premissas: Power BI baseado em modelo Tabular pronto	Data sources = 1 Modelo Simples = Até 5 tabelas Queries = SQL/MDX Simples, MDX com Membros Cálculos = 5 Power Query = Transformações, Formatação Colunas, Cálculos Estatísticos, Pivot, Merge, Append Visualizações = Até 4 Power BI Reports e 2 Dashboards Premissas: Power BI baseado em modelo Tabular pronto	NA

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Modelagem Dados	Dimensional	NA	#Max Dimensões = 3 #Max Fatos = 1 #Max Atributos = Média 5 por tabela Até 01 hierarquia do tipo "parent-child" para 01 dimensão. Apenas SQL SMP	#Max Dimensões = 5 #Max Fatos = 2 #Max Atributos = Média 10 por tabela Até 01 hierarquia do tipo "parent-child" para 01 dimensão. Apenas SQL SMP	#Max Dimensões = 10 #Max Fatos = 5 #Max Atributos = Média 10 por tabela Até 01 hierarquia do tipo "parent-child" para 01 dimensão. Apenas SQL SMP	#Max Dimensões = 15 #Max Fatos = 5 #Max Atributos = Média 15 por tabela Até 01 hierarquia do tipo "parent-child" para 01 dimensão. SQL SMP / MPP (APS)
Armazenamento	Staging	#Max Tabelas = 4 #Max Colunas por tabela = 10	#Max Tabelas = 10 #Max Colunas por tabela = 20	#Max Tabelas = 30 #Max Colunas por tabela = 30	#Max Tabelas = 50 #Max Colunas por tabela = 50	NA
	OLTP/Normalizado	#Max Tabelas = 4 #Max Colunas por tabela = 10 #Max Indices = 10	#Max Tabelas = 5 - 10 #Max Colunas por tabela = 10 #Max Indices = 10	#Max Tabelas = 10 - 30 #Max Colunas por tabela = 10 #Max Indices = 10	#Max Tabelas = 30 - 50 #Max Colunas por tabela = 50 #Max Indices = 50	NA
	Cubo Multidimensional	#Max Grupos Medidas = 1 #Max Dimensões = 5 Premissas: Sem particionamento	#Max Grupos Medidas = 2 #Max Dimensões = 5 Premissas: Sem particionamento	#Max Grupos Medidas = 5 #Max Dimensões = 5 Premissas: 01 Perspectiva. Sem KPI's Sem WriteBack	#Max Grupos Medidas = 10 #Max Dimensões = 5 Premissas: #Max 10 Grupos de Medidas Particionamento (Para até 2 Grupos de Medidas) não considerando processamento/criação partições automatizado Até 5 KPI Sem WriteBack Sem Sliding windows	#Max Grupos Medidas = 20 #Max Dimensões = 10 Premissas: Declarações de escopo #Max 20 Grupos de Medidas Particionamento (Para até 4 Grupos de Medidas) não considerando processamento/criação partições automatizado Até 10 KPI Sem WriteBack Sem Sliding windows * se as premissas não forem satisfeitas, é necessário uma estimativa customizada
OLAP	Cubo Tabular	#Max Tabelas = 1-5 #Max Medidas = 5 Premissas: Sem particionamento	#Max Tabelas = 5-10 #Max Medidas = 10 Premissas: Sem particionamento	#Max Tabelas = 10-20 #Max Medidas = 1-10 Premissas: Sem particionamento	#Max Tabelas = 20-30 #Max Medidas = 10-20 Premissas: Particionamento	#Max Tabelas = 30-40 #Max Medidas = 10-20 Premissas: Particionamento

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Transformação	Transformação Dados	Hive/Pig	Único Arquivo (<1GB) #Max Queries Hive = 1-3 #Max Tabelas Hive = 1 Tipo arquivo suportado = Text Premissas: Exclui-se formato de arquivo personalizado	Único Arquivo (<5GB) #Max Queries Hive = 3-5 #Max Tabelas Hive = 2 Tipo arquivo suportado = Text, CSV Premissas: Exclui-se formato de arquivo personalizado	Único Arquivo (<10GB) #Max Queries Hive = 3-5 #Max Tabelas Hive = 2 Tipo arquivo suportado = Text, CSV, ORC, Gzip, RC Premissas: Exclui-se formato de arquivo personalizado	Múltiplos Arquivos (<100GB) 5+ queries Hive e Pig 1-2 Jobs MapReduce customizados	Múltiplos Arquivos (>100GB)
			#Max linhas código = 30	#Max linhas código = 60	#Max linhas código = 100	#Max linhas código = 200	#Max linhas código = 400
Transformação	Transformação Dados	Map/Reduce	Apenas tipos de dados básicos como Parâmetros (sem variáveis xml ou de tipo de tabela). Apenas uma instrução DML (máximo de 2 tabelas e 20 colunas em cada declaração) Nível básico de isolamento de transação. Nenhuma transação aninhada. Sem uso de tabelas temporárias / variáveis de tabela. Sem uso de cursores. Sem uso de funções analíticas, por ex. ROLL UP	Apenas tipos de dados básicos como Parâmetros (sem variáveis xml ou de tipo de tabela). #Max 3 instruções DML (usando no máximo 4 tabelas e 30 colunas em cada declaração) Nenhuma transação aninhada. Uso de Tabelas temporárias / variáveis de tabela. Sem uso de cursores analíticas, por ex. ROLL UP	Apenas tipos de dados básicos como Parâmetros, incluindo tipo de dados de tabela (sem variáveis xml) #Max 6 instruções DML (usando no máximo 8 tabelas e 30 colunas em cada declaração) #Max 30 linhas de declarações não-DML / DDL. Uso de funções de classificação, instruções condicionais, loops. Sem uso de funções analíticas, por ex. ROLL UP	#Max 10 instruções DML (usando no máximo 10 tabelas e 30 colunas em cada declaração) #Max 50 linhas de declarações não-DML / DDL. Uso de funções de classificação, instruções condicionais, loops. Uso de funções analíticas, por ex. ROLL UP Pivot / unpivot, Open Query	Qualquer critério não coberto nas categorias anteriores será endereçado através de estimativas personalizadas

3.1.5.3 Atividade e Fator Complexidade:

Serviço	Componente	Atividade	Referência (UST)	Fator Complexidade			
				Muito Simples	Simple	Média	Complexa
Análise	OLAP	Cubo Multidimensional	24	0.25	0.5	1	2
		Cubo Tabular	24	0.25	0.5	1	1.5
							Muito Complexa
							4
							3

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

	Análise Preditiva/Prescritiva	Modelo Estatístico	32	NA	0.5	1	3	Customizado
Infraestrutura e Configuração	Infraestrutura	Instalação e Configuração ETL Server	12	NA	1	NA	NA	NA
		Instalação/Configuração Ambiente PBI	12	NA	1	NA	2	NA
		Instalação/Configuração SharePoint	12	NA	0.5	1	2	
		Instalação/Configuração SSRS Scaleout ou standalone	12	NA	0.5	1	2	NA
		Instalação/Configuração MDS e DQS	16	NA	1	NA	NA	NA
Ingestão	Ingestão Dados	Instalação/Configuração OLAP (Multidimensional/Tabular)	12	NA	1	NA	2	Customizado
		SQL Server Integration Services	16	0.5	0.75	1	2.5	4
		Azure Data Factory - Orquestração	16	0.25	0.5	1	1.5	2
		Coleta de dados e aprimoramento com ML	16	NA	0.5	1	2	Customizado
		SSRS - Relatórios Paginados ou Operacionais	24	0.5	0.75	1	1.75	2.25
Apresentação	Visualização Dados	SSRS Data Access Stored Procedure	20	0.5	0.75	1	1.5	2.5
		PowerBI - Painéis Analíticos	16	0.25	0.5	1	1.5	NA
		Dimensional	8	NA	0.5	1	2	4
		Staging	8	0.25	0.5	1	2	NA
		OLTP/Normalizado	8	0.25	0.5	1	2	NA
Armazenamento	OLAP	Cubo Multidimensional	16	0.5	0.75	1	1.5	Customizado
		Cubo Tabular	16	0.5	0.75	1	1.5	Customizado
		Hive/Pig	16	0.25	0.5	1	2	Customizado
		Map/Reduce	32	0.25	0.5	1	1.5	3.5
		Stored Procedure	16	0.25	0.5	1	2.5	Customizado
Transformação	Transformação Dados							

3.1.5.4 Perfil, Tipo de Atividade (Complexidade) e Fator

Perfis vs Tipo Atividade vs Fator		
Perfil/Nível	Tipo de Atividade (Complexidade)	Fator
Consultor Técnico (Nível I)	Atividades descritas no catálogo de serviços (item 3.1.5.2) de complexidade Simples e/ou Muito Simples	0.85
Consultor Técnico (Nível II)	Atividades descritas no catálogo de serviços (item 3.1.5.2) de complexidade Médias e/ou Complexas	1
Consultor Técnico (Nível III)	Atividades descritas no catálogo de serviços (item 3.1.5.2) de complexidade Complexa e/ou Muito Complexa , podendo incluir atividades de supervisão e liderança técnica, planejamento e especificações técnicas/funcionais.	1.15
Gerente Projetos	Atividades de gerenciamento e supervisão geral de projeto, incluindo atividades funcionais transversais, garantindo que o projeto/ordem de serviço seja concluído dentro do cronograma e dentro das restrições orçamentárias.	1.5
Cientista de Dados (Nível I)	Atividades descritas no catálogo de serviços (item 3.1.5.2) de complexidade Muito Simples , Simples e Médias relacionadas ao perfil (Análise Preditiva/Prescritiva)	1.25
Cientista de Dados (Nível II)	Atividades descritas no catálogo de serviços (item 3.1.5.2) de complexidade Complexa e Muito Complexas relacionadas ao perfil (Análise Preditiva/Prescritiva)	1.5

- 3.1.5.5 Em caso de ser necessária a execução de alguma atividade não prevista no Catálogo, deverá ser feito um enquadramento por similaridade, tendo as partes acordado e documentado o enquadramento para futuras referências.
- 3.1.5.6 As quantidades contidas para cada atividade no Catálogo são estimativas, podendo haver adaptações às necessidades do órgão durante a execução do contrato.
- 3.1.5.7 As referências em UST por tipo de atividade são estimadas, relacionados com as horas de trabalho previstas para sua execução. Durante a execução do contrato, o Catálogo poderá ser revisto (para execução de atividades futuras) em sua referência em UST, com a análise estatística que for apresentada pela CONTRATADA, da real execução das atividades, podendo ou não o CONTRATANTE concordar com sua alteração.
- 3.1.5.8 O enquadramento do(s) produto(s) gerado(s) em um determinado grau de complexidade será definido no plano de trabalho, anteriormente à emissão da ordem de serviço, e com base nos critérios de classificação definidos no catálogo de serviços de acordo com o tipo de atividade.
- 3.1.5.9 O fator de complexidade (**Fator_Comp**) utiliza como base as atividades de **Média Complexidade** (Fator_Comp = 1) que, por sua vez, variam (Valor de referência) de 8 até 32 UST conforme o tipo e natureza da atividade.
- 3.1.5.10 O fator por perfil e nível profissional (**Fator_Perfil**) utiliza como base o **Consultor Técnico Nível II** (Fator_Perfil = 1) conforme o tipo e natureza da atividade atribuído ao perfil.
- 3.1.5.11 O esforço/fator de complexidade definido pelo catálogo de serviço considera exclusivamente as atividades de desenvolvimento como base de cálculo, excluindo-se as atividades de planejamento, documentação, testes unitários/integrados, homologação e implantação. Importante observar que as atividades de desenvolvimento devem representar no mínimo 50% do total estimado para o projeto.

- 3.1.5.12 Para fins de cálculo do total de UST necessário para a entrega de cada produto discriminado, levar-se-á em consideração as horas necessárias em razão de sua complexidade, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Total_UST} = \text{QTD_UST} * \text{Fator_Comp} * \text{Fator_Perfil}$$

Onde:

Total_UST → Quantidade Total de Unidades de Serviço Técnico;

QTD_UST → Quantidade Total de UST com base nas métricas e referências definidas pelos **itens 3.1.5.2 e 3.1.5.3** do catálogo de serviços;

Fator_Comp → Fator por Complexidade e tipo de atividade definido pelo item 3.1.5.3 do catálogo de serviços.

Fator_Perfil → Fator por Perfil e nível de complexidade atribuído a atividade definido pelo **item 3.1.5.4** do catálogo de serviços.

- 3.1.5.13 O valor de cada Ordem de Serviço será calculado por meio da seguinte fórmula:

$$\text{Valor da O.S} = \text{Valor da UST} * \text{Total_UST}$$

4 Metodologias, Técnicas e Ferramentas

- 4.1 Os projetos (Ordens de Serviço) deverão ser planejados e executados pela CONTRATADA através de Metodologias de entrega ágil, conforme direcionamento da CONTRATANTE e com base em suas políticas e padrões internos. A abordagem de desenvolvimento de soluções deve estar baseada em metodologias reconhecidas e testadas pelo mercado, fornecendo fases bem definidas que abordem o desenvolvimento de requisitos, projeto arquitetônico, projeto detalhado, desenvolvimento e teste de soluções, assim como ciclos de lançamento gerenciados. O processo ou metodologia definida deve estar baseado no desenvolvimento iterativo, utilizando sprints de tempo definidos em conjunto ou aprovados pela área técnica do CONTRATANTE, de acordo com a disponibilidade dos recursos e complexidade da atividade, com o objetivo de facilitar o gerenciamento das iterações e comunicar o seu respectivo progresso.
- 4.2 A estrutura de governança dos sprints deverá estar baseada e ter a flexibilidade de requisitos do Scrum, um backlog de produto (o produto pode ser o serviço de dados a ser desenvolvido), comunicação frequente dentro da equipe (como reuniões diárias, semanais ou quinzenais) e relatórios formais para o CONTRATANTE no final de cada sprint. Esses relatórios deverão apresentar o status atual do serviço (com uma demonstração, se possível), o progresso feito desde o último relatório e os planos para o próximo sprint. O backlog de um serviço de dados, diferentemente de projetos de desenvolvimento de software, não precisará conter muitos (se houver) recursos de software a serem desenvolvidos – deve incluir itens como erros de script, abordagens de engenharia de recursos, planos para modelagem de dados ou experimentos e idéias de visualização.
- 4.3 Todos os artefatos gerados durante os sprints, como modelos, diagramas, planos de projeto, relatórios de status, mapas de riscos, especificações técnicas ou funcionais, evidências de testes, cronograma e outras informações relevantes para os projetos deverão estar disponíveis no ambiente interno da CONTRATANTE a fim de garantir a disponibilização tempestiva e atualizada de informações relacionadas à prestação de serviços.
- 4.4 Todo o código fonte deve ser gerenciado e versionado através da ferramenta/repositório padrão utilizado pela CONTRATANTE (Microsoft Team Foundation Server).
- 4.5 Todos os documentos a serem fornecidos pela CONTRATADA (ex.: especificações técnicas, planilhas, diagramas de arquitetura, cronogramas e outros) deverão ser fornecidos em formato compatível com as principais ferramentas Microsoft, tais como Word, Excel, Visio e Project.
- 4.6 A inclusão de componentes de software não homologados ou proprietários sem prévia e expressa autorização do CONTRATANTE é vedada em qualquer das etapas de execução dos serviços.
- 4.7 A equipe técnica do CONTRATANTE poderá sugerir alterações nas metodologias, técnicas e ferramentas, as quais, após análise, validação e implementação por parte da CONTRATADA, deverão ser incorporadas ao acervo técnico do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, sem ônus adicional, e adotadas na execução das novas Ordens de Serviços.

- 4.8 Todo o desenvolvimento deverá seguir e estar aderente as políticas, regras, boas práticas e direcionamentos de arquitetura definidos pelo CONTRATANTE através de seu Framework de Desenvolvimento que está baseado em informações sobre as melhores práticas recomendadas. Por meio deste guia o CONTRATANTE procura consolidar as práticas recomendadas para aplicativos de ETL e BI/DW baseados na tecnologia **Microsoft® SQL Server™**. O framework de desenvolvimento foi criado a partir de implementações ou referências baseadas em cenários reais de processamento (BI/DW), customizados para atender as necessidades e particularidades do CONTRATANTE e adequados as melhores práticas e padrões da **Microsoft®**
- 4.9 De forma geral, o Framework utiliza *templates de código* customizados e estabelece padrões de uso para garantir a integração, padronização e qualidade do desenvolvimento e, futuramente, facilitar o a evolução da solução pelas equipes de sustentação. O Framework de Desenvolvimento aborda os seguintes tópicos:
- Design do database, tanto de schemas relacionais quanto aos utilizados no Analysis Services;
 - Aderência aos padrões da CONTRATANTE quanto a nomenclatura, documentação e estruturação de código utilizado para soluções de Business Intelligence e Data Warehouse;
 - Padrões para desenvolvimento de processos de ETL (extração, transformação e carregamento);
 - Desenho e implantação de soluções com foco em desempenho e processamento de grandes volumes de dados;
 - Padrões de gerenciamento e manutenção, incluindo auditorias, log de erros e estatísticas de desempenho.
- 4.10 Toda e qualquer entrega passará por um processo interno de revisão de código (code-review) para validar a aderência do código aos padrões definidos pelo Framework de Desenvolvimento, ficando a CONTRATADA responsável pela adequação do código em caso de problemas sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1 Para atender a necessidade de **Sustentação e suporte técnico local (1º Nível)**, será provida uma equipe especializada, a ser alocada nas instalações do CONTRATANTE, conforme segue:

Perfil	Posto Serviço	Experiência (anos)	Conhecimento
Administrador Banco Dados	1	> 5	Administração, monitoramento e sustentação dos servidores físicos e virtuais da solução de DW/BI existentes, considerando: Banco de Dados (SQL Server 2016 ou superior), Cubo Multidimensional e Tabular (SSAS), Integração (SSIS) e Relatórios (PBI Report Server). Conhecimentos avançados na plataforma SQL Server BI (2016 ou superior) e Infraestrutura. Certificação mínima requerida: MCSE: Data Management and Analytics

Analista BI SR (Líder Equipe)	1	>5	Demandas pontuais de desenvolvimento e extração de dados, correções de erros, workshops técnicos, provas de conceito, desenvolvimento de painéis/relatórios e sustentação de tecnologia DW/BI, incluindo SQL, SSIS, SSAS, SSRS e Power BI. Certificação mínima requerida: MCSE: Data Management and Analytics
Analista BI	2	3-5	Demandas pontuais de desenvolvimento e extração de dados, correções de erros, workshops técnicos, provas de conceito, desenvolvimento de painéis/relatórios e sustentação de tecnologia DW/BI, incluindo SQL, SSIS, SSAS, SSRS e Power BI. Certificação mínima requerida MCSA - SQL 2016 Business Intelligence Development.

- 5.2 A CONTRATADA deverá prestar esse serviço de segunda a sexta das 09hs às 19hs. O horário de trabalho de cada profissional alocado se dará num dos seguintes períodos conforme escalonamento a ser definido pelo CONTRATANTE: das 09hs às 18hs ou das 10hs às 19 hs, com 01(uma) hora de intervalo para almoço.
- 5.3 A CONTRATADA deverá providenciar controle eletrônico de frequência dos profissionais alocados nas dependências do CONTRATANTE.
- 5.4 O CONTRATANTE demandará formalmente a CONTRATADA, quando necessário, a execução de atividades em horários adicionais da equipe de técnicos locais (fora do período das 9hs às 18hs ou das 10hs às 19hs, conforme escala de cada técnico), liberando a CONTRATADA, em comum acordo com o CONTRATANTE, para compor a forma como essas horas excedentes serão compensadas no mesmo mês ou no mês subsequente, de comum acordo. Nestas situações, não haverá prejuízo ao faturamento das atividades realizadas, desde que as compensações não ultrapassem a quantidade de horas adicionais que foram demandadas.
- 5.5 A CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia para a execução de atividades fora do horário forense do CONTRATANTE (das 09hs às 19hs).
- 5.6 Para atender a necessidade de **Serviços Técnicos Especializados de Desenvolvimento sob Demanda**, a prestação dos serviços será requisitada por meio de Ordem de Serviço (OS), e mensurada em Unidades de Serviço Técnico (UST), de acordo com as características a seguir:
- 5.6.1 Os serviços serão realizados preferencialmente nas dependências do CONTRATANTE, podendo ser executados nas dependências da CONTRATADA desde que previamente negociado e autorizado pelo CONTRATANTE, sendo detalhadas as atividades a serem executadas, prazos e produtos a serem entregues, responsáveis pela CONTRATANTE e CONTRATADA, recursos a serem usados, valores, condições de homologação e outras informações pertinentes.
- 5.6.2 Considerando-se que os serviços serão realizados em São Paulo - SP, caso a CONTRATADA necessite deslocar profissionais de outras unidades da federação para realizar as atividades aqui previstas, deverá arcar com todas as despesas decorrentes de viagens, deslocamento, hospedagem, alimentação e outros, sem custos adicionais para a CONTRATANTE.
- 5.6.3 O CONTRATANTE reserva-se o direito de alocar as horas conforme sua conveniência, não sendo devido o pagamento à CONTRATADA de quaisquer valores a título de franquia ou garantia de alocação mínima das horas para os **Serviços Técnicos Especializados de Desenvolvimento sob Demanda**.

- 5.6.4 O prazo para alocação dos profissionais da CONTRATADA, a partir da formalização e aprovação da solicitação (OS), é de até 30 dias corridos.
- 5.6.5 É responsabilidade da CONTRATADA dimensionar adequadamente o quantitativo de recursos necessários para a perfeita execução dos serviços sob demanda, devendo contar com profissionais que tenham plenas condições de cumprir, de maneira não cumulativa, os papéis definidos conforme atividades planejadas.
- 5.6.6 Cada OS deverá ser dimensionada em conjunto com o Gestor de Contrato e equipe técnica designada pelo CONTRATANTE, considerando os requisitos técnicos e o Catálogo de Serviços, respeitando-se as métricas estabelecidas para classificação do nível de complexidade por atividade. É responsabilidade dos técnicos do CONTRATANTE validar previamente a alocação de horas a ser apresentada pela CONTRATADA para cada serviço sob demanda solicitado.
- 5.6.7 A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, fornecer **Apoio Técnico Oficial executado pelo fabricante dos Softwares**, proporcionando o apoio técnico necessário à execução do contrato. No ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar uma declaração emitida pelo fabricante, para uso exclusivo do Contratante, para o fornecimento dos serviços de apoio técnico especializado. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, relatório de utilização das horas do apoio técnico especializado do fabricante.
- 5.6.8 A CONTRATADA deverá subcontratar para atendimento parcial do contrato, limitada a subcontratação para prestação de apoio especializado diretamente com o fabricante.
- 5.6.9 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 5.6.10 A CONTRATADA deverá atribuir profissionais técnicos qualificados e certificados oficialmente pelo fabricante nas soluções objeto deste termo de referência, sendo obrigatória a apresentação de documento comprobatório da certificação dos profissionais antes do início da execução dos serviços previstos nas Ordens de Serviço aprovadas.
- 5.6.11 Para a execução das Ordens de Serviço, a CONTRATADA deverá atribuir um Gerente de Projetos com Certificação PMP (Project Management Professional) para a completa gestão dos serviços solicitados neste termo de referência, sendo obrigatória a apresentação de documento comprobatório da certificação do profissional.
- 5.6.12 CONTRATADA deverá comprovar, no ato da assinatura do contrato, ser um parceiro do fabricante Microsoft nas competências Data Analytics e Data Platform no nível Gold ou Silver Partner através de documentação emitida pelo fabricante.
- 5.6.13 O CONTRATANTE terá o direito de propriedade sobre todos os produtos desenvolvidos sob demanda pela CONTRATADA, bem como toda documentação e códigos-fonte (quando aplicável) a eles associado.

- 5.6.14 O aceite e o posterior pagamento dos serviços entregues pela CONTRATADA, não a exime das responsabilidades quanto às garantias associadas a cada produto desenvolvido e estabelecido na OS, ficando a CONTRATADA responsável pela correção de todos os erros, defeitos, bugs, falhas e quaisquer outras irregularidades pelo período mínimo de 02 (dois) meses sem custo adicional, contado a partir de emissão do Termo de Aceite Definitivo.
- 5.6.15 Deverão ser utilizadas metodologias ágeis reconhecidas e testadas pelo mercado, fornecendo fases bem definidas que abordem o desenvolvimento de requisitos, projeto arquitetônico, projeto detalhado, desenvolvimento e teste de soluções, assim como ciclos de lançamento gerenciados. Os Gerentes de Projeto serão responsáveis pelas atividades de iniciação, planejamento, execução, controle e finalização em cada uma das linhas de ação mencionadas, constituindo pontos focais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA. Tais profissionais terão autonomia sobre a alocação dos demais consultores da equipe, bem como farão a coordenação e o reporte do andamento das atividades junto aos responsáveis.
- 5.6.16 Adicionalmente a metodologia de gerenciamento, a CONTRATANTE dispõe de processos e artefatos próprios para gerenciamento e execução de projetos e apresentará em tempo de execução do Contrato à CONTRATADA, a fim de obter alinhamento dos mecanismos para gestão e execução dos projetos.
- 5.6.17 Os perfis profissionais designados para a execução dos serviços técnicos devem seguir a definição apresentada a seguir de acordo com a senioridade exigida para o tipo e complexidade da atividade envolvida na Ordem de Serviço:

Perfis vs Níveis		
Categoria	Anos de Experiência	Descrição Perfil
Consultor Técnico (Nível I)	1 - 3 anos	Capaz de completar tarefas com supervisão limitada.
Consultor Técnico (Nível II)	3 - 5 anos	Completa tarefas e define prioridades sem supervisão. Se necessário, pode supervisionar e definir prioridades para outras pessoas. Pode liderar uma pequena equipe de projeto. Capacidade de preparar e entregar apresentações ou workshops de forma clara e eficaz. Capaz de facilitar e direcionar reuniões com os membros da equipe do projeto e áreas usuárias. Desejável: certificações técnicas nas plataforma ou tecnologias de atuação
Consultor Técnico (Nível III)	5 - 8 anos	Pode definir um projeto simples ou semi-complexo com base nos requisitos de negócios e nos benefícios alcançáveis. Pode criar um plano de projeto semi-complexo e liderar sua execução. Capaz de avaliar, projetar e implementar soluções empresariais corporativas baseadas em TI, trabalhando frequentemente no local para ajudar os clientes a implantar suas soluções (plataforma Microsoft). Pode liderar equipes para atividades de desenvolvimento e implantação para atender às entregas planejadas. Possue forte consciência de satisfação do cliente, podendo liderar decisões tecnológicas e facilitar e articular alternativas e direcionamento técnico de soluções Possue habilidades de gerenciamento de projetos e de riscos. Obrigatório: certificações técnicas nas plataforma ou tecnologias de atuação

Perfis vs Níveis		
Categoria	Anos de Experiência	Descrição Perfil
Gerente Projetos	> 5 anos	<p>Capaz de conduzir programa/projeto desde o início até a sua entrega. Interface com as áreas, conforme necessário, em questões técnicas e / ou assuntos do projeto.</p> <p>Capaz de organizar atividades funcionais transversais, garantindo que o programa seja concluído dentro do cronograma e dentro das restrições orçamentárias.</p> <p>Responsável pelo gerenciar e supervisão do projeto.</p> <p>Responsável por Fornecer relatórios de status.</p> <p>Possui experiência e habilidades de gerenciamento, incluindo capacidade de trabalhar dentro de um orçamento e cronograma.</p> <p>Capacidade de trabalhar de forma independente e como parte de uma equipe.</p> <p>Excelentes habilidades de comunicação e experiência com ciclos e metodologias de desenvolvimento de software.</p> <p>Capacidade de solucionar problemas difíceis e gerar consenso.</p> <p>Boas habilidades relacionadas a negócios, incluindo habilidades de julgamento e tomada de decisão.</p> <p>Bacharel em um campo relacionado ou experiência de trabalho equivalente</p> <p>Obrigatório: Certificação PMP ou outras certificações de Gerenciamento de Programas de Mercado baseadas em metodologias Scrum e Agile</p>
Cientista de Dados (Nível I)	5 - 8 anos	<p>5 a 8 anos de experiência na concepção e implementação de soluções de Ciência de Dados / Inteligência Artificial, incluindo soluções analíticas e sistemas de grande escala que considerando modelos preditivos ou prescritivos para suporte a decisões.</p> <p>Experiência em consultoria e tecnologia analítica, de preferência em organizações de grande porte, gerenciando programas ou projetos.</p> <p>Experiência e especialização na utilização prática de modelos estatísticos e ferramentas de aprendizado de máquina e compreensão dos pontos fortes e fracos relativos as diferentes abordagens para desenvolvimento de modelos preditivos / cognitivos para diferentes tipos de problemas, incluindo ferramentas e plataformas de código aberto.</p> <p>Desejável: diploma de graduação ou certificação em estatística ou experiência equivalente.</p>
Cientista de Dados (Nível II)	5 - 8 anos	<p>Mais de 8 anos de experiência na concepção e implementação de soluções de Ciência de Dados / Inteligência Artificial, incluindo soluções analíticas e sistemas de grande escala que considerando modelos preditivos ou prescritivos para suporte a decisões.</p> <p>Experiência em consultoria e tecnologia analítica, de preferência em organizações de grande porte, gerenciando programas ou projetos.</p> <p>Experiência, especialização na utilização prática de modelos estatísticos e ferramentas de aprendizado de máquina, incluindo IA (redes neurais) e ferramentas e plataformas de código aberto.</p> <p>Desejável: diploma de graduação ou certificação em estatística ou experiência equivalente.</p>
Consultor de Soluções (Especialista)	8+ anos	<p>Consultor para apoio técnico especializado designado pelo próprio fabricante.</p> <p>Responsável pela especificação em nível de implementação e/ou capacitado para revisão de ambientes existentes sob a perspectiva de plataforma de dados, através de metodologias e documentações de melhores práticas como arquiteturas de referência.</p> <p>Principais conhecimentos e atividades a serem executadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimento avançado em administração de banco de dados SQL e Azure SQL, “tuning” de performance, identificação de falhas (“trouble shooting”), alta-disponibilidade, recuperação de desastres e segurança; • Desenvolvimento de soluções de dados SQL e Azure SQL (ex: tabelas, “store procedures”, formulários, “queries”, etc); • Combinar conhecimentos dos produtos SSIS, SSAS e SSRS/PowerBI, com conhecimento profundo de estrutura de dados e modelos de dados para projetar, construir e ajustar soluções de Inteligencia de Negócios (BI) e relatórios; • Projetar e construir soluções utilizando tecnologias Microsoft, tais como: Azure DataFactory, Azure Data Lake, HD Insights, SQL DW, Azure Stream Analytics, Aprendizado de Máquina (“machine learning”) e servidor R; • Projetar e construir soluções utilizando tecnologias da Microsoft cognitivas, tal como Cortana Intelligence Suite. • Desenvolvimento de modelos multidimensionais utilizando plataformas em Nuvem Microsoft Azure SQL Databases

Perfis vs Níveis		
Categoria	Anos de Experiência	Descrição Perfil
		<ul style="list-style-type: none"> • Criar scripts de migração de dados; • Desenvolver processos de dados; • Desenvolver processos de carga (ETL) através da plataforma SQL Server Integration Services (SSIS); • Preparar e realizar cargas de massas de dados; • Preparar processos de carga; • Implementar, via pacotes de carga (ETL), processos de qualidade de dados; • Desenvolver relatórios e dashboards, utilizando tecnologia Microsoft, tais como PowerBI e SSRS; • Executar testes unitários e de aceitação; • Construir modelos de Governança para PowerBI; • Construir soluções cognitivas, utilizando a plataforma Microsoft Cortana Intelligence Suite.
Arquiteto de Soluções (Especialista)	8+ anos	<p>Arquiteto para apoio técnico especializado designado pelo próprio fabricante. Responsável pela conversão dos requisitos em arquitetura e desenho da solução a ser implementada na plataforma de dados na nuvem Azure. É responsabilidade do arquiteto de soluções a aderência de suas entregas com padrões de arquitetura e recomendações definidas pela Microsoft para garantia dos níveis de serviço, contando com arquiteturas de referência e na orientação dos Consultores, Engenheiros e Especialistas que irão construir, implementar e operar o ambiente.</p> <p>Principais conhecimentos e atividades a serem executadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Experiência prática em tecnologias, tais como, DBMS, Relacional (SQL Server, Azure SQL, incluindo T-SQL, "scripting", etc), noSQL, e conhecimento e experiência fim-a-fim do "stack" de produtos de Dados e Inteligência de Negócios da Microsoft, dentre as quais SQL Server, Azure, Azure SQL DB, SSIS, SSRS, SSAS, HDInsights, Streaming Insight, Sharepoint BI, PowerPivot, PowerView, Excel e PowerBI. • Mapear demandas por informação e relatórios, requisitos funcionais e não funcionais de negócio e fatores críticos de sucesso para cada projeto; • Mapear requisitos para definição de modelos semânticos; • Mapear requisitos de segurança; • Identificar os "workloads" e requisitos para extração e transformação de dados; • Especificação de Indicadores de Performance; • Especificação, desenho e documentação de arquitetura de solução • Projetar modelos multidimensionais através dos serviços de nuvem Microsoft Azure SQL Databases para integração e armazenamento das informações; • Projetar e desenhar processos de carga (ETL) através de plataformas Microsoft SQL Server Integration Services (SSIS) • Definição de estratégias de recuperação e backup de dados; • Documentar e recomendar melhores práticas da Microsoft.

6 QUANTIFICAÇÃO DO OBJETO

6.1 A Licitação deverá ser composta pelos itens conforme especificado na tabela abaixo:

Item	Descritivo	Métrica	Quantidade Total Anual
01	Serviços de sustentação e suporte técnico local (1º Nível)	Posto Serviço	4
02	Serviços Técnicos Especializados de Desenvolvimento sob Demanda	UST	32.640

03	Apoio Técnico Oficial executado pelo Fabricante sob demanda	h/hora	6.912
----	---	--------	-------

- 6.2 As partes concordam que a quantidade total de **UST's** para os **Serviços Técnicos Especializados para Desenvolvimento sob Demanda** e o total de **h/hora** para **Apoio Técnico Oficial executado pelo Fabricante** foram estimadas considerando a experiência da CONTRATANTE em projetos e demandas anteriores similares. A CONTRATANTE não têm obrigatoriedade de consumir o total de **UST's** estimadas, caso não sejam necessárias.

7 HABILITAÇÃO

7.1 Capacitação Técnica

- 7.1.1 A licitante deverá comprovar a qualificação técnica para a execução dos serviços que será comprovada por meio de atestado(s)/certidão(ões) emitido(s) em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a aptidão da licitante para desempenho das atividades compatíveis e pertinentes com o objeto total desta licitação em **30%**, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, **referente aos itens 01 e 02 descritos no subitem 6.1 deste Anexo.**

8 PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 8.1 A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob a pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informação, regras de negócio, documentos entre outros pertinentes, conforme Acordo de Confidencialidade de Informação e Declaração de Sigilo (**Anexos I-A e I-B**).
- 8.2 A CONTRATADA deverá fornecer a qualquer tempo quando solicitado pelo CONTRATANTE:
- 8.2.1 Códigos-fonte de sistemas, aplicativos ou componentes, em versão mais recente disponibilizada, desenvolvidos durante o Contrato e para o Tribunal;
- 8.2.2 Pacotes binários de frameworks de desenvolvimento e APIs. O CONTRATADA compromete-se a não utilizá-los para qualquer desenvolvimento não relacionado ao objeto da contratação e fora do ambiente da CONTRATANTE;
- 8.2.3 Relação de componentes de terceiros necessários para o desenvolvimento ou manutenção dos sistemas, os quais serão licenciados pelo Tribunal;
- 8.2.4 Modelo de dados contendo a descrição de cada tabela e campo, bem como as regras de integridade dos mesmos;
- 8.2.5 Documentação dos requisitos funcionais e não funcionais levantados.
- 8.3 O cumprimento do estabelecido neste subitem, respeitados os direitos comerciais, patrimoniais e autorais da CONTRATADA, visa garantir as condições necessárias para que a administração possa, por necessidade ou por seu interesse, assumir tecnicamente, com equipe própria, a manutenção e/ou continuidade dos sistemas contratados.

9 DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 9.1 O prazo de vigência do presente contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da assinatura e publicação do instrumento contratual, podendo ser prorrogado, através de Termo Aditivo, Conforme previsto no Artigo 57 Lei 8.666/93, por igual período, até o máximo de 60 (sessenta) meses.

10 LOCAL PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 10.1 As prestações do serviço ora contratado deverão ser realizadas na Rua Direita, 250 – 4º andar, a partir de 10 (dez) dias úteis da assinatura/aceite do contrato.

11 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1 Para o pagamento, a Nota Fiscal/Fatura será atestada definitivamente pela unidade da Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, através da documentação entregue pela contratada e pelo responsável pela gestão técnica da prestação de serviços/fornecimento, com posterior remessa à Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF.
- 11.2 O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, contados a partir do ateste definitivo da nota fiscal/fatura.

12 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA DURANTE O PERÍODO DE RECESSO FORENSE:

12.1 QUANTO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

- 12.1.1 O recesso forense ocorre no período compreendido entre 20 de dezembro a 06 de janeiro (Provimento nº 1948/2012 – Conselho Superior da Magistratura), época em que não há expediente nos prédios do Tribunal de Justiça, ficando suspensa a prestação de serviços terceirizados de braçais, **exceto onde houver plantões judiciais, ou nos casos que a Administração solicite expressamente a prestação de serviços.**

12.2 QUANTO AO DESCONTO DOS DIAS ÚTEIS NÃO TRABALHADOS

- 12.2.1 A empresa contratada deverá efetuar o desconto em Nota Fiscal do mês da prestação dos serviços, dos valores conforme Tabela de Desconto por dia útil não trabalhado no recesso forense.

A N E X O I - A

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

O presente Acordo rege a divulgação de informações entre:

- a) [NOME EMPRESA], empresa com sede cidade, estado, na Rua [NOME, NUMERO] – [BAIRRO], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [XXXXXX], neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, doravante designada simplesmente “NOME EMPRESA”; e
- b) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Tecnologia da Informação, STI 4.2 - Coordenadoria de Segurança do Ambiente de TI, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça da Sé s/n, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, doravante designada simplesmente “TJSP”,

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria de Tecnologia da Informação, STI 4.2 - Coordenadoria de Segurança do Ambiente de TI, a partir da formalização e reconhecimento deste ato, divulgará informações classificadas como “Confidencial”, doravante designada “Parte Divulgadora”, e [NOME EMPRESA], como parte que recebe as informações classificadas como Confidencial, para efeitos do presente Acordo, será doravante designada como “Destinatário”.

Estabelece-se assim as seguintes obrigações do Destinatário:

1. Compromete-se a cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura e as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).
2. Compromete-se a manter a confidencialidade com relação a toda a documentação e toda a informação obtida nas atividades exercidas no, ou para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) - STI, ou de qualquer pessoa física ou jurídica vinculada de alguma forma a esta E. Corte, concordando em:

- 2.1. Não divulgar a qualquer pessoa, que não esteja expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), o conteúdo de qualquer informação;
 - 2.2. Não permitir a nenhuma pessoa o manuseio de qualquer documentação física ou eletrônica que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), sem a devida autorização;
 - 2.3. Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).
3. Está ciente de que, salvo estipulação ou manifestação em sentido contrário, qualquer informação prestada será considerada pelo destinatário Informação Confidencial da Parte Divulgadora, incluindo qualquer informação do fornecedor sob custódia desta E. Corte, bem como qualquer informação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP.
 4. Está ciente de que qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação.
 5. Está ciente também de que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) se reserva ao direito de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam estas informações.
 6. Está ciente de que o presente Acordo apenas será alterado mediante autorização mútua, por escrito, assinada por ambas as partes.

7. Está ciente de que os termos contidos neste TERMO DE CONFIDENCIALIDADE se estendem por tempo indeterminado, independente da quebra do vínculo profissional com o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP).

São Paulo, ____ de ____ de 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nome: [RESPONSÁVEL DO SETOR]

Cargo:

[NOME EMPRESA]

Nome: [REPRESENTANTE LEGAL EMPRESA]

Cargo:

Anuentes:

1. _____ 2. _____

Nome:

CPF:

RG:

Nome:

CPF:

RG:

A N E X O I - B

POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Termo de Responsabilidade e Sigilo – TRS

TERMO DE RESPONSABILIDADE E SIGILO

NOME: _____ RG: _____

EMPRESA: _____ ÁREA: _____

Eu, _____, pelo presente instrumento, na condição de Prestador(a) de serviços para o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - TJSP comprometo-me a cumprir todas as orientações e determinações a seguir especificadas e outras editadas, em função do vínculo jurídico e funcional que tenho ou terei com o TJSP, bem como com as informações pertencentes à Instituição, ou por ela custodiadas, em razão da permissão de acesso aos recursos necessários para a execução de minhas atividades profissionais, estando ciente, de acordo, aderente e responsável que:

1) Devo obedecer, cumprir e respeitar, as políticas, diretrizes, normas e procedimentos de Segurança da Informação do TJSP, publicadas e armazenadas nos meios de comunicação internos que regem o uso dos recursos a mim disponibilizados, sejam estes digitais ou impressos; bem como o manuseio das informações a que tenho acesso, ou possa vir a ter, em decorrência da execução de minhas atividades profissionais.

2) Qualquer meio de acesso a informações ou instalações, como Identificador de Usuário (USERID), Senhas de acesso a Sistemas (PASSWORD), Aplicativos, Internet, Intranet, Conta para acesso a Correio Eletrônico, crachás, cartões, chaves, tokens ou afins, que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo me forneceu ou vier a me fornecer são individuais, intransferíveis, estarão sob minha custódia e serão utilizados exclusivamente no cumprimento de minhas responsabilidades funcionais perante a Instituição, devendo ser por mim devolvidos ou disponibilizados para o TJSP em caso de exoneração, desligamento ou mudança de função.

3) Meus acessos à Internet e à conta de correio eletrônico por meio dos recursos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, devem ser utilizados única e exclusivamente para a realização de atividades ligadas privativamente às atividades do TJSP e vinculadas às minhas atribuições.

4) Todos os meus acessos efetuados e informações por mim manipuladas (sistemas de informação, correspondências, cartas, e-mails etc.), serão passíveis de verificação pelos representantes do TJSP, que recebam atribuição para tal, a qualquer momento, independente de aviso prévio. Em decorrência disto, estou ciente que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo é o legítimo proprietário e custodiante de todos os equipamentos, infra-estrutura e sistemas de informação que serão por mim utilizados.

5) As informações por mim geradas ou recebidas durante minha jornada de trabalho, desenvolvimento de atividades para o TJSP e/ou em função desta, deverão tratar apenas de assuntos profissionais e ligados exclusivamente ao exercício de minha função.

6) Não devo adquirir, reproduzir, instalar, utilizar e/ou distribuir cópias não autorizadas de softwares ou programas aplicativos, produtos, mesmo aqueles desenvolvidos internamente pelos departamentos técnicos pertencentes ao TJSP.

7) Não é permitida a entrada ou saída de informações do TJSP, quer estas sejam em meios magnéticos (cd's, fitas, disquetes, pen drives, dentre outros) ou em meios físicos (papel etc.) sem o conhecimento e autorização de seu responsável.

8) Todos os recursos de tecnologia da informação a mim disponibilizados são para fins relacionados única e exclusivamente às minhas atividades profissionais, assim sendo, é expressamente proibido o uso destes recursos para outros fins.

9) Em caso de utilização de acesso remoto, devidamente autorizado, aos recursos do TJSP para a execução de minhas atividades profissionais, devo manusear as informações obedecendo aos mesmos critérios de segurança exigidos nas instalações internas para o desempenho de minha função.

10) Devo zelar pela segurança, pelo uso correto e pela manutenção adequada dos equipamentos existentes no âmbito corporativo, compreendendo entre outros aspectos:

- a. Nunca deixar equipamento de minha utilização ativo sem antes bloquear seu acesso ou desativar a senha;
- b. Jamais emprestar minha senha ou utilizar a senha de outros;
- c. Solicitar eliminação ou bloqueio de minha senha ao ausentar-me por período longo;
- d. Nunca utilizar senhas triviais que possam ser facilmente descobertas;
- e. Não divulgar informações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a quem quer que seja, sem a devida autorização de superiores hierárquicos;
- f. Não deixar relatórios, disquetes, cd's, ou quaisquer mídias com informações confidenciais em cima das mesas ou em local de fácil acesso;
- g. Não utilizar recursos e/ou equipamentos particulares, no âmbito das instalações do TJSP, para a realização de qualquer tipo de atividade, seja ela profissional ou não;
- h. Não utilizar software que não tenha sido devidamente homologado pelo departamento responsável;
- i. Respeitar as leis de direitos autorais e propriedade intelectual;
- j. Zelar pelos equipamentos pertencentes ao TJSP, a mim confiados, para a execução de minhas atividades profissionais;
- k. Ao término do expediente, ou no caso de ausência prolongada, me comprometo a deixar meu local de trabalho limpo e organizado;
- l. Devo efetuar o descarte das informações de forma a impedir o seu resgate, independentemente do meio de armazenamento na qual a informação se encontra.
- m. Informar imediatamente ao superior e/ou à área competente da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) acerca de qualquer violação das regras de sigilo.

11) Reconheço que a lista acima é meramente exemplificativa e ilustrativa e que outras hipóteses de confidencialidade que já existam ou que venham a surgir no futuro devem ser consideradas e mantidas em segredo, e que em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação devo tratar a mesma sob sigilo até que venha a ser autorizado a tratá-la diferentemente pelo órgão responsável. Em hipótese alguma irei interpretar o silêncio do TJSP como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.

12) Descumprindo os compromissos por mim assumidos neste Termo estarei sujeito às sanções aplicáveis.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Prestador/Colaborador

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Anexo I-C					
Modelo – PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					
1. SERVIÇO DE ANÁLISE E INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL (B.I.) – STI 7.1.4					
CATEGORIA	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL	PREÇO TOTAL
			(R\$ - Mês)	(R\$ - Ano)	R\$ - 24 Meses
A - Equipe Técnica – Serviços de Sustentação e suporte Técnico Local					
		Posto de Serviço (PS)			
Administrador Banco Dados	PS	1			
Analista BI	PS	2			
Analista BI SR (Líder Equipe)	PS	1			
			Subtotal A =		
	Total	4			

1. SERVIÇO DE ANÁLISE E INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL (B.I.) – STI 7.1.4					
CATEGORIA PROFISSIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL - Ano	PREÇO TOTAL - 24 Meses
			(R\$)	(R\$)	(R\$)
B - Equipe Técnica Eventual - Sob Demanda					
			Unidade Serviço Técnico (UST)		
Consultor Técnico (Nível I)	UST	9.600			
Consultor Técnico (Nível II)	UST	9.600			
Consultor Técnico (Nível III)	UST	7.680			
Gerente Projetos	UST	1.920			
Cientista de Dados (Nível I)	UST	1.920			
Cientista de Dados (Nível II)	UST	1.920			
			Subtotal B =		
	Total	32.640			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. SERVIÇO DE ANÁLISE E INTELIGÊNCIA ORGANIZACIONAL (B.I.) – STI 7.1.4					
CATEGORIA PROFISSIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL - ANO	PREÇO TOTAL - 24 Meses
			(R\$)	(R\$)	(R\$)
C - Apoio Técnico Oficial executado pelo Fabricante sob demanda					
		Unidade Serviço Técnico (UST)			
Consultor de Soluções (Especialista)	h/hora	5.760			
Arquiteto de Soluções (Especialista)	h/hora	1.152			
			Subtotal C =		
	Total	6.912			
	Total Geral (Subtotal A+ B + C) =				

ANEXO II

(MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE DECLARAÇÃO REFERENTE À TRABALHO DE MENOR)

_____, (nome da licitante), CNPJ nº _____, sediada _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão em epígrafe, **DECLARA** expressamente que:

- a) até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____, _____ de _____ de _____
(Local)

(Assinatura do responsável)

Nome: _____

Cédula de Identidade nº: _____

OBSERVAÇÃO: esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, a ser disponibilizado nos termos do **subitem 5.12.2** do Edital, quando solicitada pelo pregoeiro e apenas para a empresa vencedora da licitação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO III

(MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE A LEI DO APRENDIZ (LEI Nº 10.097, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000))

Nos termos do item 4, subitem 4.1.5.2, do Edital em epígrafe, a empresa , C.N.P.J. nº , por seu representante legal, infra-assinado, com domicílio (profissional) em , vem, respeitosamente, para fins da presente licitação, manifestar seu compromisso em atender em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000.

_____, _____ de _____ de _____
(Local)

(Assinatura do responsável)

ANEXO IV - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA

DADOS DA EMPRESA			
CNPJ			
Razão Social			
Endereço			
Telefone			
Contato			
e-mail			
Sindicato da Categoria		Data Base	
SAT (RATxFAP) (%)	0,00%		
Despesas Administrativas/ Indiretas	0,00%		
Lucro Bruto	0,00%		
Regime Tributário			
COFINS	0,00%		
PIS	0,00%		
ISSQN	0,00%		
INSS (Desoneração Fiscal)	0,00%		
BDI	0,00%		
Nº de dias úteis estimado por mês	21,75		
Vigência contratual		meses	

DADOS DA FUNÇÃO			
Função	Periodicidade	Unidade	Qtde
	Mensal	Posto	-

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	
I - MÃO DE OBRA (remuneração)	Valor "R\$"
Salário base Mensal	-
Adicionais	-
Total de Mão de Obra (remuneração)	-

ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS			
Módulo I - Encargos previdenciários e FGTS			
1	Previdência Social	20,00%	
2	SESI/SESC	1,50%	
3	SENAI/SENAC	1,00%	
4	INCRA	0,20%	
5	Salário Educação	2,50%	
6	FGTS	8,00%	
7	SAT (RAT X FAP)	Informar SAT	
8	SEBRAE	0,60%	
Total Módulo I		33,80%	
Módulo II - 13º Salário e Adicional de Férias			
1	13º salário	8,93%	
2	Abono de férias	2,98%	
3	Encargos sociais incidentes	4,03%	
Total Módulo II		15,94%	
Módulo III - Afastamento Maternidade			
1	Licença maternidade	0,00%	
2	Encargos sociais incidentes	0,00%	
Total Módulo III		0,00%	
Módulo IV - Provisão para Rescisão			
1	Aviso prévio indenizado	0,42%	
2	Incidência FGTS sobre o aviso prévio indenizado	0,03%	
3	Multa FGTS + contribuição social sobre o aviso prévio indenizado	0,02%	
4	Aviso prévio trabalhado	0,04%	
5	Encargos sociais incidentes sobre aviso prévio trabalhado	0,01%	
6	Multa FGTS + contribuição social sobre o aviso prévio trabalhado	0,00%	
7	Indenização Adicional	0,08%	
Total Módulo IV		0,60%	
Módulo V - Multa de FGTS e Contribuição Social			
1	Remuneração	3,60%	
2	Férias + Adicional de Férias	0,43%	
9	13º Salário	0,32%	
Total Módulo V		4,35%	

ANEXO IV - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA

Módulo VI - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
1	Férias		8,93%	
2	Auxílio doença		1,66%	
3	Licença paternidade		0,00%	
4	Faltas legais		0,82%	
5	Acidente de trabalho		0,03%	
6	Encargos sociais incidentes		3,87%	
Total Módulo VI			15,31%	
Total dos Encargos Sociais e Trabalhistas			70,00%	-
Módulo VII - Insumos e Obrigações Decorrentes de Convenção Coletiva				Valor "R\$"
Diário				
	Dias úteis estimados no mês	Valor diário	Dedução	
1	Vale Refeição	21,75	-	-
2	Vale Transporte (ida e volta)		-	-
Mensal				
3	Benefício Natalidade			-
4	Cesta Básica			-
Anual				
5	Assistência Social Familiar Sindical			-
6	Contribuição Assistencial Patronal	Percentual	0,00%	-
7	Uniformes e EPIs			-
8	Outros			-
Total Módulo VII				-
Módulo VIII - Materiais e Equipamentos				Valor "R\$"
1	Materiais e equipamentos			-
2	Outros			-
Total Item VIII				-
Custo Total - Módulos I ao VIII				-
Módulo IX - Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)			Percentual	Valor R\$
1	Despesas Administrativas/indiretas		0,00%	
2	Lucro Bruto		0,00%	
3	PIS		0,00%	
4	COFINS		0,00%	
5	ISSQN		0,00%	
6	INSS		0,00%	
Total - Quadro VIII			0,00%	-
Preço total mensal por posto				-
PREÇO TOTAL MENSAL (preço total individual X Qtde de Postos)				-
Valor de desconto por dia não trabalhado				-
PERCENTUAIS DE CONTINGENCIAMENTO MENSAL DE ENCARGOS TRABALHISTAS				
A	Total da Mão de Obra (remuneração mensal)			-
B	13º Salário		8,93%	-
C	Férias		8,93%	-
D	Abono de Férias		2,98%	-
F	Incidência de encargos trabalhistas: percentual total do Módulo I sobre os itens A,B e C	Percentual: 33,80%	7,04%	-
G	Multa FGTS		4,35%	-
Valor total mensal a contingenciar (B+C+D+E+F+G)			32,23%	-
TOTAL DE DESCONTO POR DIA NO PERÍODO DO RECESSO FORENSE				
Item	Descrição			Valor Dia R\$
1	Vale alimentação			-
2	Vale transporte			-
3	Materiais, equipamento, outros e suas depreciações			-
4	Custo de reposição por ausências legais + encargos sociais			-
Subtotal				-
5	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	Percentual	0,00%	-
Total de desconto individual por dia				-
Total de desconto (total individual X qtde de funcionários)				-

ANEXO IV - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS DE MÃO DE OBRA

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO	
<p>1. Os campos a serem preenchidos estão destacados em verde.</p> <p>2. Os valores deverão ser apresentados com até duas casas decimais com arredondamento matemático no segundo dígito.</p> <p>3. O SAT, as despesas administrativas/índiretas, lucro bruto e tributos serão calculados igualmente para todos os postos.</p>	
4. Fórmula para o cálculo do BDI sem desoneração fiscal:	$BDI = \frac{(1 + taxa_{adm}) \cdot (1 + taxa_{lucro})}{1 - \%PIS - \%COFINS - \%ISS} - 1$
5. Fórmula para o cálculo do BDI com desoneração fiscal:	$BDI = \frac{(1 + taxa_{adm}) \cdot (1 + taxa_{lucro})}{1 - \%PIS - \%COFINS - \%ISS - \%INSS} - 1$

ANEXO IV - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

RELATÓRIO DE CUSTO TOTAL

Item	Função	Qtde	Remuneração	Encargos Previdenciários e FGTS (Módulo I) Valor Individual	Demais Encargos e Insumos (Módulos II ao VIII) Valor Individual	BDI (Módulo IX)	Vigência Contratual	Valor Mensal do Posto	Valor Total período contratual
1		-	-	-	-	-	-	-	-
2		-	-	-	-	-	-	-	-
3		-	-	-	-	-	-	-	-
4		-	-	-	-	-	-	-	-
5		-	-	-	-	-	-	-	-
6		-	-	-	-	-	-	-	-
7		-	-	-	-	-	-	-	-
Total								-	-

Item	PERCENTUAIS DE CONTINGENCIAMENTO MENSAL DE ENCARGOS TRABALHISTAS			
A	Total da Mão de Obra (remuneração Mensal)			-
B	13º Salário			8,93%
C	Férias			8,93%
D	Abono de Férias			2,98%
F	Incidência de encargos trabalhistas: percentual total Módulo I s/ os itens A,B, C e D			0,00%
G	Multa FGTS			4,35%
Valor total mensal a contingenciar			25,19%	-

ANEXO V

MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO

À Agência AAAAAA do Banco xxxx S.A

Endereço

CEP: nn.nnn-nnn (CEP da agência) – Cidade (UF)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-depósito vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação – de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato ____ nº ____/____, firmado com o Tribunal, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta-depósito vinculada, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(nome do Proponente)

(local e data)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA FINS DE CUMPRIMENTO **DA RESOLUÇÃO CNJ Nº 156/2012**

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Eu, (nome completo), (cargo) da empresa (nome da empresa),
portador do CPF nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, não incidir em qualquer hipótese
de vedação prevista em lei ou na Resolução nº 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Local e data

Assinatura

ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

*Contrato lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e a **[NOME DA EMPRESA]**, para prestação de serviços de apoio técnico, suporte e desenvolvimento de aplicações/soluções de Integração e Armazenamento de Dados (DW), Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas (Descritiva, Diagnóstica, Prescritiva e Preditiva) e Big Data, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº 261/18**, integrante do **Processo nº 145465/18**, nos termos das Leis Federais nºs 10.520/02 e nº 8.666/93; Lei Estadual nº 6.544/89; Decretos Estaduais nos 47.297/02 e 49.722/05; Resoluções CNJ nºs 156/12, 169/13 e 183/13 e do Provimento 2.138/13 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como, de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.*

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo [____ cargo do representante____], o Dr. **[____ Nome do Representante____]**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº [____-____-____] e do C.P.F. nº [____-____-____], e a **[NOME DA EMPRESA]**, estabelecida na [____Endereço, Cidade e Estado____], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº [____-____-____/____-____], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu (a) [____ cargo do representante____], o Sr (a) **[____ Nome do Representante____]**, portador da Cédula de Identidade R.G. nº [____-____-____] e do C.P.F. nº [____-____-____], assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1- O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços para apoio técnico, suporte e desenvolvimento de aplicações e/ou soluções de Integração e Armazenamento de Dados (DW), Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas (Descritiva, Diagnóstica, Prescritiva e Preditiva) e Big Data com o objetivo de prover serviços especializados para atender às necessidades e iniciativas de Gestão Estratégica e Transformação Digital do Contratante, habilitando a capacidade de responder de forma ágil a um conjunto de questões de negócio através da visualização e exploração de dados analíticos, análises avançadas (descritiva ou diagnóstica) e/ou modelos estatísticos (preditivos ou prescritivos).
- 1.2- De acordo com as especificações e quantidades apresentadas no Termo de Referência – Anexo I deste contrato, compõem o objeto os seguintes serviços:
 - 1.2.1- Sustentação e suporte técnico local (1º Nível), nas instalações do CONTRATANTE, da solução atual de DW/BI baseada na plataforma Microsoft;
 - 1.2.2- Serviços Técnicos Especializados de desenvolvimento sob demanda para Evolução e Modernização das soluções (end-to-end) de Inteligência de Negócios (BI), Análises Avançadas e Big Data do CONTRATANTE;
 - 1.2.3- Serviços Técnicos Especializados do Fabricante para atividades de definição de arquitetura tecnológica, avaliação técnica e planejamento para implantação dos projetos estratégicos definidos e identificados durante as atividades dos serviços a serem contratados, assim como revisão de código e garantia da aderência dos entregáveis aos padrões e definições técnicas do Tribunal e as boas práticas do fabricante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1- Os serviços contratados serão executados em conformidade com as Cláusulas do presente Contrato e os termos dos seus anexos, que ficam fazendo parte integrante deste Contrato para todos os fins e efeitos de direito, como segue:

- 2.1.1- Anexo I – Termo de Referência;
- 2.1.2- Anexo I-A – Termo de Confidencialidade;
- 2.1.3- Anexo I-B – Termo de Responsabilidade e Sigilo - TRS
- 2.1.4- Anexo I-C – Planilha de Formação de Preços;
- 2.1.5- Anexo II – Planilhas de Composição de Custos de Mão-de-Obra;
- 2.1.6- Anexo III – Minuta de Termo de Autorização ao Tribunal de Justiça para acesso e movimentação da conta corrente (bloqueada) vinculada;
- 2.1.5- Anexo IV – Declaração para Fins de Cumprimento da Resolução CNJ nº 156/2012.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL E DO HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 3.1- A prestação dos serviços objeto desta contratação deverá ser realizada na R. Direita, 250 – 4º andar;
- 3.2- A CONTRATADA deverá prestar os serviços nos dias e horários descritos no subitem 5.2 do Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1- Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA receberá Ofício informando a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação para receber os valores contingenciados (Anexo III) na forma da Resolução nº 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça, devendo firmar Termo autorizando ao Tribunal de Justiça o acesso a saldos, extratos e à movimentação dos valores depositados em conta.
 - 4.1.1- A CONTRATADA deverá comparecer à agência indicada para regularização da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação e entrega de documentos, ficando ciente que a falta de regularização da conta poderá ensejar o bloqueio do pagamento e eventual aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato.
- 4.2- A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
 - 4.2.1- Iniciar a prestação dos serviços no prazo de **10 (dez) dias úteis** contados da data de assinatura do Contrato pela CONTRATADA (data do aceite).
 - 4.2.2- Observar os demais prazos constantes do Anexo I.
 - 4.2.3- Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante o CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extra patrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
 - 4.2.4- Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.
 - 4.2.5- Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários do CONTRATANTE ou a terceiros.
 - 4.2.6- Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.
 - 4.2.7- Refazer de imediato qualquer serviço inadequadamente executado e sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.
 - 4.2.8- Aceitar os acréscimos ou supressões no objeto contratual, a critério do CONTRATANTE, nos termos da Lei nº 8666/93, art. 65, §§ 1º e 2º.
- 4.3- É de responsabilidade da CONTRATADA o recolhimento de tributos incidentes sobre os serviços ora contratados.
- 4.4- É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação do contrato de prestação de serviços decorrente desta contratação, com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição do Tribunal para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, da Resolução nº 156 de 8 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
 - 4.4.1- Em decorrência da vedação expressa na Resolução CNJ nº 156/2012, a empresa contratada deverá, juntamente com a apresentação da relação nominal dos empregados, entregar a declaração individual, por escrito, de que os funcionários que irão exercer o cargo de chefia e/ou supervisão não incidem em qualquer hipótese de vedação prevista na Resolução nº 156 de 8 de agosto de 2012 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, conforme modelo anexado (Anexo IV) deste contrato.

- 4.4.2-** Após 30 (trinta) dias da entrega da relação mencionada no item anterior, a Contratada deverá apresentar as Certidões ou Declaração Negativa, nos termo do § 1º do artigo 5º da mencionada Resolução, como segue:
- 4.4.2.1-** certidões das Justiças:
- a) Federal,
 - b) Eleitoral,
 - c) Estadual ou Distrital,
 - d) do Trabalho, e
 - e) Militar.
- 4.4.2.2-** certidões dos Tribunais de Contas da União, do Estado e, quando for o caso, do Município;
- 4.4.2.3-** certidões do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- 4.4.2.4-** certidões do conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão, quanto for o caso; e
- 4.4.2.5-** certidões dos entes públicos em que tenha trabalhado nos últimos dez anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público.
- 4.4.3-** Os documentos referentes ao item 4.4.1 deverão ser entregues ao Fiscal do Contrato antes do início da execução dos serviços.
- 4.5-** Encaminhar, juntamente com o Documento Fiscal, a prova de cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, principais e acessórias, incluída a comprovação de pagamento de salários e benefícios devidos aos empregados, bem como obrigações que venham a ser estabelecidas em virtude lei, acordo ou convenção coletiva, conforme previstos nos artigos 74 e 75 do Provimento nº 2.138/2014.
- 4.5.1-** A não apresentação dos documentos mencionados neste item, ou a apresentação com irregularidades, ensejará descumprimento contratual, podendo ser passível das sanções previstas no art. 94 e seguintes do Provimento CSM nº 2.138/2013 do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 4.5.2-** Os documentos comprobatórios mencionados neste item deverão ser encaminhados em mídia eletrônica (CD, DVD, e-mail) ao Fiscal Administrativo ou Fiscal do Contrato ou Gestor do Contrato que irá disponibilizar, via sistema, para ateste da Nota Fiscal;
- 4.5.3-** O fiscal do Contrato utilizará as informações para fiscalização, conferência, recebimento dos serviços e devido ateste.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1-** O **CONTRATANTE** dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
- 5.1.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.
- 5.1.2-** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança do endereço de cobrança.
- 5.1.3-** Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela **CONTRATADA** ou seus empregados em serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo VII, do Provimento nº 2.138/2013, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades.
- 6.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do contrato e do recebimento do objeto, os servidores designados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 6.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 6.4-** Compete ao fiscal do contrato:
- 6.4.1-** solicitar à contratada a relação dos empregados alocados por local de trabalho, contendo nome completo, cargo ou função, data de admissão, valor do salário, horário do posto de trabalho, do RG, do CPF e da CTPS;
- 6.4.2-** realizar reunião com o preposto da empresa para orientar os empregados alocados e informá-los de seus direitos e que estão autorizados a noticiar ao Fiscal o descumprimento desses;
- 6.4.3-** Diariamente:

- 6.4.3.1- fiscalizar e registrar em planilha de controle, a frequência dos empregados e em quais funções;
- 6.4.3.2- solicitar ao preposto a execução de serviços, atendimento de eventuais reclamações ou de cobranças relacionadas aos empregados.
- 6.4.4- Mensalmente:
 - 6.4.4.1- exigir que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado;
 - 6.4.4.2- averiguar os dias efetivamente trabalhados e a reposição de empregados em decorrência de férias, licenças, faltas e ocorrências;
 - 6.4.4.3- glosar as faturas em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor;
 - 6.4.4.4- exigir da empresa os comprovantes de pagamento dos salários, vales-transportes e auxílio alimentação dos empregados;
 - 6.4.4.5- preencher relação nominal, que deverá ser assinada pelos empregados, para confirmação de pagamento tempestivo de salários, férias, décimo terceiro salário, vale-transporte e auxílio alimentação, quando cabível.
 - 6.4.4.6.1- Os casos isolados de falhas no pagamento das verbas a que se refere o subitem 6.4.4.5 deverão ser comunicados à contratada para regularização no prazo de cinco dias e serão objeto de acompanhamento, ensejando a adoção de medidas cabíveis se a pendência não for regularizada.
- 6.5- O disposto no subitem 6.4 aplica-se, no que couber, às novas admissões e ou substituições de empregados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

- 7.1- O recebimento do objeto contratado (atesto do documento fiscal) se dará nos termos do artigo 73 da Lei Federal nº 8.666/93, da Portaria nº 7.296/06, atualizada pela Portaria nº 7.355/06, e do Provimento 2.138/2013 da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, do Capítulo IX, artigos 72 e 73, bem como a conferência, pelo Fiscal do Contrato, dos seguintes documentos referentes ao mês anterior ao faturamento:
 - 7.1.1- Nos casos de serviços prestados no Interior, em que a responsabilidade do pagamento do crédito tributário seja do tomador dos serviços, a guia de recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS deverá ser emitida pelo Fiscal do contrato, em nome do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e acompanhar o documento fiscal, para retenção e respectivo recolhimento pelo contratante (responsável tributário), nos termos da legislação própria do município.
 - 7.1.2- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
 - 7.1.3- Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
 - 7.1.4- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
 - 7.1.5- relação nominal dos profissionais alocados nos postos de trabalho, acompanhada de cópia da folha de pagamento do mês anterior à execução do serviço e das guias de recolhimento de INSS e FGTS, com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet, específicas de todos os funcionários que prestam serviços na localidade, de acordo com o disposto no § 5º do art. 31 da Lei nº 8.212/91;
 - 7.1.6- demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando se houve ou não a ocupação do posto de trabalho, referente ao mês anterior à prestação dos serviços;
 - 7.1.7- comprovação do pagamento dos salários, auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos profissionais alocados na execução dos serviços;
 - 7.1.8- planilha de cálculo do valor a ser deduzido na nota fiscal, decorrente de eventual não ocupação dos postos de trabalho por faltas, férias ou posto vago.
 - 7.1.9- A não apresentação de quaisquer dos documentos acima ensejará a comunicação à contratada e a devolução da nota fiscal para ciência e regularização no prazo fixado no contrato
- 7.2- O responsável pela fiscalização deverá observar se o salário efetivamente pago ao funcionário contratado pela empresa é superior ou igual à remuneração indicada na planilha de formação de preços.
 - 7.2.1- No caso de pagamentos de salários inferiores ao indicado na planilha de formação de preços, o responsável pela fiscalização deverá tomar as medidas necessárias nos termos do capítulo XIII do Provimento CSM nº 2.138/13.

- 7.3- O ateste do documento fiscal, para efeito de pagamento mensal, será efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos quantitativos e qualitativos dos serviços.
- 7.4- Para efeito do disposto no item anterior, o responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - a presteza no atendimento das solicitações da administração;
 - o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato; e
 - o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias.
- 7.5- O prazo para o recebimento do objeto contratado será de:
- 7.5.1- Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias, contados do término dos serviços.
- 7.5.2- Definitivamente, em até 15 (quinze) dias, após o decurso do prazo de observação ou vistoria, o qual não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, computando-se o prazo do recebimento provisório ou da diligência técnica, se necessário.
- 7.6- Quando do Ateste da Nota Fiscal/Fatura, caso os serviços não sejam executados a contento, não serão eles recebidos, a par disso, a CONTRATADA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da comunicação oficial do CONTRATANTE, sem prejuízo da incidência das sanções previstas neste Contrato e na legislação pertinente.
- 7.7- Na hipótese de ocorrência do previsto no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal de Licitações e Contratos nº 8.666/93, em sua redação atual, a Contratada deverá, primeiramente, observar os prazos de execução que foram pactuados, enquanto for apreciado o pedido de restabelecimento de equilíbrio econômico-financeiro, sob pena de incorrer em inadimplência, com a consequente aplicação das penalidades legais e as previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

- 8.1- Pela execução do presente Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, a importância estimada de R\$ __, __ (____), referente ao item **Equipe Técnica – Serviços de Sustentação e Suporte Técnico Local**, conforme abaixo:

CATEGORIA	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITARIO	PREÇO MENSAL
Posto de Serviço (PS)				
Administrador Banco Dados	PS	1		
Analista BI	PS	2		
Analista BI SR (Líder Equipe)	PS	1		
			Total	

- 8.2- Pela execução do presente Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços demandados, as importâncias estimadas, conforme abaixo:

8.2.1- Equipe Técnica Eventual – Sob Demanda

CATEGORIA PROFISSIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL - Ano	PREÇO TOTAL - 24 Meses
			(R\$)	(R\$)	(R\$)
		Unidade Serviço Técnico (UST)			
Consultor Técnico (Nível I)	UST	9.600			
Consultor Técnico (Nível II)	UST	9.600			
Consultor Técnico (Nível III)	UST	7.680			
Gerente Projetos	UST	1.920			
Cientista de Dados (Nível I)	UST	1.920			
Cientista de Dados (Nível II)	UST	1.920			
	Total	32.640			

8.2.2- Apoio Técnico Oficial executado pelo Fabricante – Sob Demanda

CATEGORIA PROFISSIONAL	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL - ANO	PREÇO TOTAL - 24 Meses
			(R\$)	(R\$)	(R\$)
		Unidade Serviço Técnico (UST)			
Consultor de Soluções (Especialista)	h/hora	5.760			
Arquiteto de Soluções (Especialista)	h/hora	1.152			
	Total	6.912			

- 8.3-** No preço convencionado, incluem-se todos os gastos inerentes às obrigações legais e recursos indispensáveis à execução deste Contrato, tais como: mão-de-obra comum, especializada e técnica; supervisão; transporte; utilização de ferramentas e instrumentos especiais; salários; encargos trabalhistas, sociais e previdenciários; todos os tributos, sejam federais, estaduais ou municipais, que correrão por conta e total responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1-** O pagamento será efetuado, em **30 (trinta) dias**, contados do recebimento definitivo dos serviços (atestado da Nota Fiscal/Fatura).
- 9.1.1-** Havendo ausências de funcionários sem reposição, a contratada deverá proceder ao desconto correspondente;
- 9.1.2-** Para o cálculo do desconto deverá ser considerado o valor mensal referente ao funcionário ausente, dividido por 21,75 (vinte e um vírgula setenta e cinco) dias para prestação de serviço mensal contínua por posto, conforme Anexo II;
- 9.1.3-** No período de recesso forense deverá ser observado o constante do Item 12 do Anexo I;
- 9.1.4-** O pagamento pelos serviços constantes do item 8.1 da Cláusula Oitava deste contrato, serão efetuados em parcelas mensais;
- 9.1.5-** O pagamento pelos serviços constantes dos subitens 8.2.1 e 8.2.2 da Cláusula Oitava deste contrato, serão efetuados sob demanda do CONTRATANTE.
- 9.2-** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 9.3-** Caso a Contratada apresente registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá regularizar a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, comprovando a regularização perante a Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF do Contratante, para efeito de regular pagamento.
- 9.4-** Para o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar o Documento Fiscal na unidade do CONTRATANTE responsável pelo recebimento do objeto contratado, constando o número da Agência e da conta corrente no BANCO DO BRASIL S.A., bem como, o número da Nota de Empenho, que será encaminhada pela Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF à CONTRATADA no momento da sua emissão, as quais serão atestadas definitivamente pelos servidores designados pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça, e, em seguida, encaminhadas à SOF para o efetivo pagamento.
- 9.4.1-** Os documentos fiscais apresentados em desacordo com o estabelecido neste Contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvido à CONTRATADA e nesse caso o prazo previsto no subitem 9.1 será interrompido.
- 9.4.2-** A contagem do prazo previsto para pagamento no subitem 9.1 será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise dos Documentos Fiscais considerados irregulares.
- 9.5-** O recebimento (atestado do documento fiscal) será sempre integral, não se admitindo ateste parcial dos serviços. Caso não seja possível atestar o recebimento dos serviços, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (CONTRATADA) e a Unidade Gestora deverá proceder nos termos dos artigos 80, 81, 82, 83 e 84, Capítulo XIII do Provimento nº 2.138/13.
- 9.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do item 9.2 desta cláusula.

- 9.6- A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.
- 9.7- Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 9.7.1- Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da *chave de acesso* no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br ⇒ NF-e ou nota fiscal eletrônica ⇒ Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br ⇒ Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 9.7.2- No caso de nota fiscal eletrônica de serviços, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 9.8- Quando da emissão da Nota Fiscal/Fatura, nos serviços em que for aplicável, a contratada deverá destacar no corpo do documento fiscal a parcela referente a retenção dos 11% (onze por cento), na forma estabelecida na Instrução Normativa RFB nº 971 de 13/11/2009, com suas alterações, em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Lei nº 9.212/91, alterada pela Lei nº 9.711/99.
- 9.9- No último mês de vigência contratual, a CONTRATADA deverá apresentar planilha, referente ao mês anterior e ao mês do faturamento, com as ocorrências das faltas, as férias dos profissionais alocados e não substituídos e os postos de trabalho não ocupados.
- 9.10- O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas (pagamento do salário referente ao último mês de vigência do Contrato e quitação relativa à rescisão do Contrato de trabalho entre empregado e empregador), por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado a partir da data limite para apresentação da proposta, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

- 10.1- O valor total estimado do presente contrato é de R\$ __, __ (____).
- 10.2- As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da classificação da despesa [XX.XX.XX]– [_____] da dotação orçamentária consignada ao Tribunal neste exercício, no Programa de Trabalho 303 – Processo Judiciário do Tribunal de Justiça. As despesas de exercícios futuros correrão à conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 12.1- A Contratada, antes da assinatura do Contrato, deverá fazer prova de recolhimento, mediante caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária, no valor de R\$ (____), correspondente a 3,0% (três por cento) da obrigação assumida para 12 (doze) meses, com cobertura para o mesmo período, a título de Garantia de Execução do Contrato.
- 12.2- No caso de apresentação de garantia na forma de caução em dinheiro, a Contratada deverá providenciar depósito identificado na conta nº 139461-4, agência 5905-6 do Banco do Brasil S/A, constando como favorecido o Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apresentando cópia do comprovante juntamente ao termo contratual assinado.
- 12.3- Na eventual prorrogação do contrato ou na ocorrência de acréscimos quantitativos e alterações de preços, inclusive reajuste, a Contratada deverá reapresentar nova garantia ou complementá-la, nos termos do item 12.1, no prazo de 10 (dez) dias úteis da assinatura do respectivo termo ou da notificação do apostilamento.
- 12.4- Na hipótese de evidenciar qualquer impropriedade ou incorreção, o Contratante exigirá sua regularização ou substituição que deverá ser providenciada pela Contratada no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação.
- 12.5- A falta de atendimento à convocação para regularização ou substituição da garantia na forma e prazo especificados nos subitens 12.3 e 12.4 acima, sujeitará a Contratada às penalidades previstas neste contrato, sujeitando-a, ainda, à rescisão do ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados de sua assinatura por parte da CONTRATADA (**data do aceite**), podendo ser prorrogado a critério da Administração até o máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em sua redação atual, através de Termo Aditivo, podendo ser rescindido a qualquer tempo no interesse da Administração, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, devidamente motivado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

- 14.1-** A CONTRATADA deverá manter sigilo, sob a pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do contrato, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informação, regras de negócio, documentos entre outros pertinentes, conforme Acordo de Confidencialidade de Informação e Declaração de Sigilo (Anexos I-A e I-B).
- 14.2-** A CONTRATADA deverá fornecer a qualquer tempo quando solicitado pelo CONTRATANTE:
- 14.2.1-** Códigos-fonte de sistemas, aplicativos ou componentes, em versão mais recente disponibilizada, desenvolvidos durante o Contrato e para o Tribunal;
 - 14.2.2-** Pacotes binários de frameworks de desenvolvimento e APIs. O CONTRATADA compromete-se a não utilizá-los para qualquer desenvolvimento não relacionado ao objeto da contratação e fora do ambiente da CONTRATANTE;
 - 14.2.3-** Relação de componentes de terceiros necessários para o desenvolvimento ou manutenção dos sistemas, os quais serão licenciados pelo Tribunal;
 - 14.2.4-** Modelo de dados contendo a descrição de cada tabela e campo, bem como as regras de integridade dos mesmos;
 - 14.2.5-** Documentação dos requisitos funcionais e não funcionais levantados.
- 14.3-** O cumprimento do estabelecido neste subitem, respeitados os direitos comerciais, patrimoniais e autorais da CONTRATADA, visa garantir as condições necessárias para que a administração possa, por necessidade ou por seu interesse, assumir tecnicamente, com equipe própria, a manutenção e/ou continuidade dos sistemas contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 15.1-** A inexecução total ou parcial do ajustado poderá ensejar a sua rescisão pela Administração na forma e consequências previstas nos artigos 78 a 80, da Lei Federal de Licitações e Contratos nº 8.666/93, em sua redação atual, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que aludem os artigos 86 a 88, do citado diploma legal, e no art. 7º da Lei nº 10.520/02.
- 15.2-** Pelo artigo 94, do Provimento n.º 2.138/13, da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a CONTRATADA está sujeita a aplicação das seguintes penalidades:
- 15.2.1-** Pelo atraso injustificado de até 30 (trinta) dias da prestação da garantia ou da execução do serviço, incluído a assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra, sem prejuízo do que dispõe o § 1º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, sujeitará a contratada a multa de mora de 0,50% (cinquenta centésimos percentuais) ao dia;
 - 15.2.2-** O não atendimento a solicitação do Contratante para a adoção de providências para a regularização da execução nos prazos fixados no contrato, ensejará a aplicação da multa prevista no subitem 15.2.1, a contar do 1º dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido para substituição.
 - 15.2.3-** Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra, bem como pelo atraso ou não atendimento de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, poderão ser aplicadas à CONTRATADA as seguintes penalidades:
 - a)** Multa de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento) nos casos que excederem o prazo estabelecido no subitem 15.2.1;
 - b)** Multa de 1% (um por cento) a 100% (cem por cento) do valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;
 - c)** Pagamento correspondente a diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim.
 - 15.2.4-** As multas previstas neste Contrato poderão ser descontadas de pagamentos, eventualmente devidos pelo Contratante.
 - 15.2.5-** Esgotadas as possibilidades administrativas, a cobrança da multa será efetuada judicialmente.
 - 15.2.6-** A aplicação das multas previstas nesta cláusula não exclui outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.

- 15.2.7- As multas não recolhidas e/ou não descontadas dos pagamentos poderão, a critério da Contratante, ser compensada com as garantias prestadas no contrato, vedando-se o pagamento com serviços ou produtos;
- 15.2.8- A CONTRATADA que deixar de entregar o bem ou de executar serviços, ensejar o retardamento da execução do objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o próprio CONTRATANTE.
- 15.2.9- Independentemente da efetivação da rescisão contratual, fica facultado ao CONTRATANTE a retenção de quaisquer importâncias devidas ao CONTRATADO para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 15.2.10- O CONTRATANTE suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará a Contratada de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 15.2.11- Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONTINGENCIAMENTO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

- 16.1- O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo observará o contingenciamento mensal de parcela do pagamento devido à Contratada, em atendimento à Resolução nº 169, de 31 de janeiro de 2013 e Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013, ambos do Conselho Nacional de Justiça.
- 16.2- O montante do valor a ser contingenciado, constantes da proposta da empresa e obedecidos os limites estabelecidos neste contrato (*Anexo II*), será obtido mediante a aplicação dos percentuais referentes aos provisionamentos que seguem:
 - 16.2.1- férias;
 - 16.2.2- 1/3 constitucional;
 - 16.2.3- 13º salário;
 - 16.2.4- multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e
 - 16.2.5- incidência dos respectivos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.
- 16.3- Os valores serão depositados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada no Banco do Brasil S.A.
- 16.4- Os valores a serem contingenciados serão glosados do pagamento mensal, sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.
- 16.5- Para resgate de valores da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, referentes aos pagamentos de férias, 1/3 constitucional, 13º salário, incluindo o impacto dos encargos sociais, a Contratada deverá expedir solicitação formal à Unidade Competente do Tribunal.
 - 16.5.1- Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do Tribunal os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas correspondentes ao valor a ser resgatado.
 - 16.5.2- A solicitação deverá ser acompanhada de planilha detalhando, para cada empregado, o cálculo de férias, 1/3 constitucional e 13º salário, que resultará no valor a ser lançado em holerite, restringindo-se ao lapso de tempo que o empregado estiver alocado na execução do contrato, acompanhando a proporcionalidade dos aprovisionamentos havidos e culminando no valor total do resgate.
 - 16.5.3- Quando se tratar de valor pago em razão de rescisão do contrato de trabalho, o resgate de valores incluirá aquele referente ao contingenciamento da multa do FGTS, se for o caso, sendo que a documentação relacionada no subitem acima deverá ser acrescida do cálculo já homologado junto ao Ministério do Trabalho e do Emprego ou sindicato da categoria, nos termos da legislação trabalhista vigente.
 - 16.5.4- O responsável pela fiscalização do contrato ratificará as informações que integrarem os cálculos e que influenciem nos valores a serem levantados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, no que disser respeito à frequência do empregado no posto de trabalho, número de ausências, adicional noturno, se o período abrangido pelo cálculo é

compatível com a alocação do empregado na Unidade, dentre outros, e enviará de imediato, por meio eletrônico, a planilha de cálculo atestada, a folha de pagamento e a solicitação formal da empresa para os setores competentes nos termos do art. 12 da Resolução nº 169 de 31 de janeiro de 2013, atualizada pela Resolução nº 183 de 24 de outubro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça.

- 16.6-** A liberação do saldo da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, quando não houver rescisão do contrato entre a empresa e os empregados, mediante requerimento da interessada, ocorrerá se:
- 16.6.1-** Os empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e foram desligados do quadro de pessoal da empresa receberão o pagamento das verbas trabalhistas devidas;
- 16.6.2-** Realizados os pagamentos referido no item 16.6.1, ainda houver saldo na conta-depósito vinculada bloqueada para movimentação, o valor será utilizado para pagamento dos empregados que permanecerem no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual;
- 16.6.3-** Realizados os pagamentos nos itens 16.6.1 e 16.6.2, ainda assim, restarem valores na conta-depósito, o montante permanecerá na conta para atender a eventual questionamento na Justiça do Trabalho, conforme previsto no art. 7º, XXIX, da Constituição Federal, c/c o art. 11 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O valor residual será transferido para a Contratada após cinco anos da data de encerramento da vigência do contrato Administrativo.
- 16.7-** Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados pelo índice da poupança ou outro índice que venha a ser utilizado para cálculo dos rendimentos em caderneta de poupança.
- 16.8-** O valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida conta-depósito vinculada será retido do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação.
- 16.9-** Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias.
- 16.9.1-** Os valores das tarifas bancárias de abertura e de manutenção da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – encontram-se disponíveis na internet, no sítio do Banco do Brasil S.A.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será registrado no “Livro de Registro de Contratos” do CONTRATANTE e seu extrato publicado no DJE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS NORMAS

- 19.1-** As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato, aos termos do Instrumento Convocatório e aos da proposta da CONTRATADA, às normas da Lei Federal nº 8.666/93, em sua redação atual, bem como a toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com a citada lei.
- 19.2-** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e rescindir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 19.2.1-** A contratada venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 21/2006, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);

- 19.2.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 19.2.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 19.2.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente qualquer Vara da Fazenda Pública da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro Foro, por mais privilegiado que seja.

NADA MAIS. Lido e achado conforme pelas partes, perante as testemunhas, lavrou-se este Contrato em 2 (duas) vias, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

São Paulo,

CONTRATANTE: _____
[REPRESENTANTE DO TRIBUNAL]
[____ cargo do representante____]

CONTRATADA: _____
[REPRESENTANTE DA EMPRESA]
[____ cargo do representante____]

Data do aceite: ____/____/____

Testemunhas:
